

Pauta: Transtorno do Espectro Autista

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): (14h20min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, cuja pauta é o Transtorno do Espectro Autista. Quero comunicar aos pais que nós já entramos em contato com a diretoria-geral referente às obras que estão acontecendo na Câmara de Vereadores, para que eles pudessem segurar um pouco, para nós podermos ter uma reunião, e eles terem um espaço garantido para eles aqui, para que a gente possa dar seguimento à nossa reunião. No dia 2, nós tivemos a última reunião, que teria sequência, conforme ficou determinado e encaminhado. Antes de dar início, eu quero dar as respostas que nós obtivemos referente ao Procon. Nós trouxemos o Procon nesta comissão, para tratar de assuntos referentes a várias questões voltadas à secretaria – questões solicitadas pelos vereadores desta comissão –, referentes à estrutura, referentes à forma que eles tão trabalhando, referentes a várias demandas que foram trazidas para esta comissão. Nós tivemos as respostas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo. Eles informaram que, com relação ao item "a", quanto à possibilidade de alteração estrutural-administrativa do Procon municipal, vinculando, diretamente, ao gabinete do prefeito ou à Secretaria de Transparência, e não mais à SMDET, já se encontra em fase final de estudo e elaboração de normativo legal, visando desvincular o Procon da SMDET. Então, já está em fase final, ela vai ser desvinculada conforme a nossa própria solicitação. Quanto à nomeação de servidores para os cargos vagos, criação de cargos, se for o caso, realização de concurso público, designação de diretor executivo e contratação de estagiários para melhor estruturar o serviço sob o ponto de vista humano, a resposta foi: “Destaca-se que o cargo de diretor executivo se encontra ocupado desde 30 de março de 2023, assim como os demais cargos do órgão também se encontram ocupados. Quanto ao aumento de efetivo do Procon, informa-se que, em que pese não tenham sido citados os cargos de interesse no PI nº 342/2023, a administração municipal conta com concursos públicos vigentes

para as áreas administrativas, que as nomeações são deliberadas pelo Comitê Municipal de Despesas de Pessoal, mediante análise orçamentária e financeira para preenchimento de vagas; e, quanto à contratação de estagiários, a SMDT possui 15 vagas em aberto, restando pendente a conclusão do processo seletivo de provas, critério obrigatório estabelecido pelo Ministério Público do Trabalho/RS. Previsão de ingresso de estagiários, considerando os trâmites de assinatura dos Termos de Compromisso de Estágios junto às instituições de ensino, em 22 de maio de 2023". Já o item "c", quanto à possibilidade de melhorias da estrutura física do serviço hoje instalado no Mercado Público, que não comporta adequadamente a demanda, necessitando de mais espaço, cadeiras, coberturas, banheiro, etc. Resposta do item "c": "Destacamos que o local hoje ocupado pelo Procon é provisório, estando a administração pública diligenciando uma estrutura adequada que atenda às necessidades do órgão e da sociedade. Frisa-se que o Mercado Público possui instalações condizentes com as necessidades temporárias do Procon, dos demais comerciantes e do público frequentador, possuindo banheiros e acomodações em suas dependências". Quanto à atuação do Procon em relação à realização de *blitze*, hoje não existentes, ou seja, quanto a uma política de fiscalização ativa nos estabelecimentos, item "d" da solicitação: "Informamos que esta segue atuante, conforme dados passados pela mesma e abaixo destacados". Eles nos passaram o que já foi feito neste ano de 2023. Ações de fiscalização, tem o total, de janeiro até agora, de 451 ações de fiscalização; autos de infração, de janeiro até este mês, 97; e notificações, de janeiro até este mês, 278. Como resposta, "acreditando ter prestado os esclarecimentos necessários, subscrevo-me, atenciosamente, Sebastião Melo, Prefeito de Porto Alegre". Esse é o documento com respostas, para constar em ata, do que nós solicitamos aqui, nesta comissão, tratando desse tema do Procon.

Dando seguimento, agradeço aos colegas aqui presentes, Ver. Pedro Ruas, Ver. Prof. Alex, Ver. Bobadra, Ver. Cássia Carpes, proponente dessa solicitação, desse tema, que é uma continuidade, e também ao Ver. Alvoni Medina. Convido para fazer parte da Mesa a Sra. Érika Rocha, do projeto Angelina Luz; a Sra.

Daniele Valiante Montiel, psicóloga; a Sra. Luciana da Silva Campos; o Sr. Márcio, diretor; a Sra. Luciana; a Sra. Flávia Taiva Rosa; a Sra. Josiara Souza, representando a Secretaria de Educação; a Sra. Danísia Nunes, representando a FASC; a Sra. Gisele dos Santos. Passo os trabalhos para o meu colega, Ver. Cássia Carlos. Como é um tema muito importante, um tema que todos nós... Antes de passar a palavra ao Ver. Cassiá, o Ver. Pedro Ruas quer fazer um breve registro.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, prezado presidente Conselheiro Marcelo; meu companheiro e vereador Alex Fraga, Ver. Alvoni Medina, Ver. Alexandre Bobadra, que estava conosco até o momento, está por aí, e o proponente desta sessão tão importante, Ver. Cássia Carpes, que certamente vai dirigir, não é isso, presidente? Este é um tema, e eu quero ser muito breve nisso, porque nós já conversamos, mas este é um tema que precisa de toda a nossa atenção, toda. É possível, é desejável e é possível que essa escola seja uma escola modelo, padrão, exemplar, se nós atingirmos os nossos objetivos. Então, prezado diretor, o nosso momento é de bastante responsabilidade. Eu queria fazer este registro, presidente Marcelo, não que as pessoas não saibam do que eu disse, mas sim para que registrem que o conjunto da sociedade, particularmente a área escolar, Prof. Alex Fraga, está com problemas semelhantes, às vezes piores, olhando as soluções que poderemos tirar daqui. Eu não poderei ficar até o fim da reunião, mas, enquanto puder, ficarei, exatamente pela importância para o conjunto de Porto Alegre num tema que nos é tão caro como este do atendimento às crianças com autismo – crianças, adolescentes e temos adultos. Enfim, era o registro de que o paradigma agora na área escolar é a escola que vocês representam, isso faz muita diferença; além de resolver a questão ali, nós temos todo o resto da comunidade escolar olhando e provavelmente buscando o mesmo caminho. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Antes de passar a palavra para o Ver. Cassiá, quero dizer que nós solicitamos a presença da Secretaria Municipal de Saúde – inclusive fizemos contato –, e acredito que, por ter havido troca de secretário e de vários servidores, eles não tenham se organizado para poder mandar um representante. Colocamo-nos à disposição, esta Comissão, para sentarmos lá na Secretaria, os demais colegas nos dão essa pauta, para que a gente possa estar sentando com o novo secretário da Saúde e levar essas questões principais, essas demandas que vocês estão nos trazendo aqui; marcamos uma reunião, enquanto CEDECONDH, para que a gente possa dialogar com o novo secretário. Faço o registro de que, apesar de eles não estarem aqui, nós vamos até eles, esse é o encaminhamento eu faço aqui enquanto presidente da Comissão.

Passo os trabalhos ao Ver. Cassiá Carpes.

(O Ver. Cassiá Carpes assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Boa tarde. Se não me engano, é a terceira vez que nós buscamos o entendimento – fora o plenário. Eu peço à nossa Comissão, presidente – até porque eu fui presidente aqui duas vezes antes de ti –, que comunicássemos sempre o prefeito a não vinda de algum secretário ou representante de secretaria. Por sinal, na reunião anterior, não veio o conselheiro tutelar, e eu espero que a nossa Comissão tenha mandado para eles, porque eles não compareceram, estão nos devendo.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): A resposta tem que ser lida aqui, para que nós possamos saber. Não tem cabimento nos reunirmos, trazer o pessoal para debater, e alguns de debatedores, sejam do governo ou não, não vêm. Eu só quero que esta reunião seja mais objetiva: vocês vão começar e o governo

vai responder. Porque, até então, é muita palavra mas a coisa não andou, e nós precisamos ser claros; é uma questão nova, o próprio instituto que foi inaugurado é uma entidade nova, nós precisamos saber como ele vai funcionar, então eu entendo que dá para nós fazermos... O *tête-à-tête* é natural da democracia, não tenham medo de perguntar e também não tenham medo de responder, mas as respostas têm que ser claras e objetivas, senão a gente fica aqui muito tempo, nós temos limites e nós queremos sair daqui com uma resposta e o entendimento sobre o que está faltando, o que já cumpriram. As questões mais fundamentais são: a questão dos monitores, a questão desse centro, da acessibilidade e da educação inclusiva. São temas importantíssimos para nós todos, um tema complexo, novo, a coisa está crescendo.

Vamos passar a palavra, peço que sempre se identifiquem, porque as notas taquigráficas são boas para nós e para vocês. Novamente agradeço a presença de todos, está dada a abertura, para que nós possamos fazer esse debate muito bom. Obrigado pelo comparecimento de todos.

A Sra. Érika Rocha está com a palavra.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Boa tarde a todos e a todas presentes; obrigada a todos os vereadores da Comissão por nos receberem novamente. Eu sou presidente do projeto social Angelina Luz, e hoje nós trouxemos – são tantas pautas referentes às pessoas com transtorno do espectro autista, que nós levaríamos um dia inteiro – três pautas. Infelizmente o Dr. Alceu não está aqui, achei que ele estivesse, porque ele passou pela gente lá embaixo. Numa das pautas, a gente precisaria da Secretaria da Saúde, que não compareceu, seria a respeito do fluxograma do Certa, a gente precisa saber exatamente o que está acontecendo, a gente precisa saber como ficarão os autistas que já estão por cinco, seis, sete, oito, nove anos no sistema Gercon e nunca tiveram acesso, se eles vão continuar esquecidos no sistema Gercon ou se vão dar prioridade aos diagnosticados ali, como é que vai ser isso? Essas pessoas que já estão há muito tempo no sistema Gercon, que já tiveram suas podas neurais, já tiveram perdas e regressões, não podem ficar esquecidas lá no sistema Gercon, e

infelizmente não tenho como perguntar para ele a respeito dessa matriz de gravidade que ele diz que tem no Gercon, eu fui atrás, inclusive, porque a minha filha é uma dessas crianças, várias crianças estão no Gercon há muito mais tempo que a minha filha, há dez, onze anos, e essa matriz de gravidade não existe no Gercon, como vai ser essa entrada, essa acolhida, essa demanda? Hoje as famílias estão indo até o Certa, de portas abertas, e estão sendo encaminhadas lá para o posto de saúde; depois volta para a escola. Como é isso? Infelizmente, não estão aqui para responder.

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): O primeiro atendimento até é rápido, né? Depois vai para o Gercon e...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ÉRIKA ROCHA: Claro.

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Só queria colocar que essa questão do primeiro atendimento para fazer o encaminhamento para a área específica, ele é rápido. A demora passa a ser depois que ele vai para o sistema Gercon, respeitando, claro, a fila. Não estamos querendo falar aqui de passar por cima de ninguém, só a realidade do sistema. Infelizmente nós temos atendido, eu atendo no meu gabinete mães com situações de 700, 800, 900 dias!

SRA. ÉRIKA ROCHA: A minha é para 2.190 dias!

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Vamos continuar, depois chegaremos ao governo que terá, tenho certeza, uma resposta; e se vocês entenderem que a resposta não foi convincente, vocês vão questionar de novo.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Eu vou dar continuidade e vou entrar na demanda que eu trouxe na outra reunião a respeito da Escola Municipal Especial Ensino

Fundamental Prof. Luiz Francisco Lucena Borges, que até então seria uma escola de referência entre as escolas municipais especiais de Porto Alegre. Nós temos aqui hoje famílias da Lucena, nós temos dezessete alunos da escola matriculados tendo seu direito constitucional à educação negligenciado de forma criminosa, porque eles não têm acesso com transporte para chegar na escola. Isso tem que ser visto como emergência, não é em longo ou médio prazo, porque essas crianças têm direito de estar lá, e desde o início do ano letivo elas não têm acesso. Reitero esse pedido, porque, quando uma criança não vai à escola, o Conselho Tutelar vai à casa da criança. Onde está o Conselho Tutelar que não toma providências para fazer com que essas crianças cheguem até a Lucena? A Lucena não é como as escolas dos municípios, que são por zoneamento. A Lucena Borges é uma escola municipal de Porto Alegre, vem crianças de todos os lugares para lá. Se a Lucena fosse entrar naquele quesito de a escola ser até dois quilômetros da casa do aluno, eu acho que a Lucena teria três, quatro alunos, no máximo. Então vem alunos de todos os lugares de Porto Alegre. Ali não passa ônibus, a gente sabe da TPS das pessoas com autismo, que é o Transtorno do Processamento Sensorial, a dificuldade. O que vocês acham de uma mãe sair às 6h da manhã, na hora do pique, pegar um ônibus até o centro, do centro, outro que deixa na Saturnino, que elas têm que caminhar todo aquele pedaço para chegar lá, impossível! Eles não conseguem fazer isso, isso é desumano. Então esse é o primeiro pedido que eu quero reiterar com urgência. Estamos falando aqui de direito, tem criança fora da escola, isso não é aceitável, estamos no meio do ano, essas crianças vão chegar com o Papai Noel em dezembro lá dentro? Inaceitável, não é?

Uma outra demanda, eu quero pedir, enquanto comissão, para todos os vereadores que estão aqui, que vocês façam... O presidente Marcelo esteve na escola, o Ver. Prof. Alex Fraga também esteve na escola, mas que vocês façam uma visita enquanto comissão, porque isso vai fortalecer as demandas da escola. Quando vocês viram lá os banheiros, como é que uma escola é referência, se eles não têm banheiro adaptado para crianças e jovens com deficiência? Que referência é essa, onde as crianças são trocadas em pé? Eu

não entendo que referência é essa se não tem, no espaço físico, um espaço adaptado para pessoas com deficiência, numa escola especial? Isso é inadmissível que não se tenha isso.

Uma outra coisa: há um pedido da Escola Lucena com relação a monitores. A gente fala tanto em monitores, desde da educação regular. Agora, uma escola especial que tem uma demanda só com crianças com deficiência, que não são só autistas, mas 95% são pessoas com Transtorno do Espectro Autista lá, temos crianças raras lá, temos síndrome de Down, síndrome de Down com TEA, deficiência intelectual, todos os tipos de criança dentro da Lucena Borges. Nós temos, ainda, o impasse do portão, que já está sendo visto, pois tivemos fugas de alunos da escola, porque o portão não fecha. Nós temos dois vigilantes na escola – vigilantes –, que eles cuidam o patrimônio. Nós não temos mais os porteiros, porque foram retirados, então a gente não tem quem cuide o portão.

Mas voltando ao assunto da monitoria, a Lucena, hoje, conta com duas monitoras para toda a escola. Há um pedido, desde o ano passado, da escola, que a escola necessita de, no mínimo, mais quatro monitores – isso está sendo pedido desde o ano passado para a SMED. Josiara, eu gostaria que tu tivesses um olhar com relação a isso, porque a demanda lá é bem difícil – bem difícil! A gente está em junho de 2023, acho que esse pedido foi feito lá em 2022. A coordenadora Flávia, o Márcio, as pessoas têm que estar apoiando em tempo integral os professores, porque, se uma criança desregula dentro da sala, o que acontece com toda turma? As outras vão se desregular. Tem que ter o suporte de retirar a criança, para dar um apoio, para ela regular e voltar para dentro da sala de aula, senão, acontece o quê? Com as agressões, toda turma fica prejudicada, horários e dias reduzidos na Lucena Borges. Na escola regular, também isso não é permitido, nós temos lei estadual, lei federal. A nossa lei brasileira de inclusão, se não é a melhor, é uma das melhores do mundo! Então por que o Legislativo senta, os governantes sentam e as leis são feitas para ficar aqui jogadas no papel, engavetadas na teoria? A Lucena Borges, repito, tem muita vontade, tem muito profissional bom, sim, nessa referência. Pode-se dizer que a Lucena Borges é uma escola de referência na parte pedagógica, mas, de

estrutura, está muito longe de ser. Então a gente precisa, porque, no momento que uma criança... Tem criança lá que pesa 80 quilos, tu viste como é aquilo ali? O que é aquilo ali? Meu Deus do céu, não tem condições. Então, esses banheiros adaptados é para ontem, assim como o transporte escolar, gente. A gente não está falando de objetos que estão dentro daquela escola, são vidas e eles têm que ser tratados como seres humanos e com dignidade, o que não está sendo feito. Então, por favor, esse é o meu pedido aqui, com urgência. Obrigada.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Érika, depois tu voltas, não tem problema, mas eu quero vocês façam um complemento do que a Érika falou, mais suscinto, porque acho que a Érika deu um relato muito importante para todos nós, para que, depois, eu possa passar para o governo municipal. Por favor, identifique-se, obrigado pela presença também.

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Só quero fazer um registro para esta comissão. Nós, enquanto comissão, temos que nos organizar, conforme for o melhor para vocês, para as crianças lá, porque chegar cinco, seis vereadores lá, a gente não pode mudar o cronograma, a gente quer marcar com antecedência, para respeitar o espaço, a hora que as crianças tiverem, daqui a pouco, nas salas, para a gente não precisar entrar nas salas, para respeitar essa questão delas. Então deixo esse registro, para que a gente consiga se organizar.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Eu aproveito a mesma linha: sempre que for da comissão, todos os vereadores têm que ser comunicados. Quando for uma visita pessoal do vereador, não tem problema, mas assuntos tratados aqui, na comissão, convido a todos vereadores da comissão, vamos lá, quem não quiser ou não puder ir, não tem problema, mas foi muito bem lembrado pela Érika. A comissão é um todo, então, conseqüentemente, dá força para vocês, dá força para o governo.

SRA. DANIELE VALIANTE MONTIEL: Boa tarde, sou psicóloga, participei da reunião anterior e tinha ficado definido para esta, de hoje, que seria um retorno da visita na Lucena – esse seria um retorno importante. Um outro retorno sobre a resposta da Saúde, que é um fluxograma do Certa, como dito antes, quando as famílias estão chegando lá, elas estão sendo atendidas rapidamente? Sim, mas estão sendo atendidas e não está prosseguindo esse trabalho, esse fluxograma que deveria acontecer. O fato delas serem atendidas a medida da fila do Gercon não está incorreto, mas esse fluxo tem que acontecer, porque aquela demanda que tem na fila do Gercon é uma parte da demanda, porque tem uma demanda toda nova que não está em serviço nenhum, absolutamente nada. A gente sabe da demora de um atendimento com o neurologista lá, na unidade básica, em todo o fluxo da Saúde. Então a gente tem um local, mas ele precisa funcionar. Ele está lá pronto na estrutura, mas no serviço não está. Ele não está fluindo. Então isso vai só seguir impactando números, e esse impactar números não é resolutivo. E uma outra questão também que a gente falou, começou a falar na reunião anterior, e também a gente queria prosseguir nessa, é sobre a questão da capacitação dos colaboradores, do RH das escolas, que a gente não fala só na questão pedagógica. Como a Érika disse, o pedagógico da Lucena tem uma qualidade, só que a gente sabe que não temos somente a Lucena, essa é a referência como escola inclusiva, mas a gente tem quantas outras escolas que não têm essa referência, mas que absorvem alunos sejam autistas ou não. A gente sabe do número de deficiências que a gente tem, é só pegar lá um estudo da Saúde e ver o número de deficientes que a gente tem e de deficiências, para pensar em todo esse restante de instituições para serem capacitadas e expandir. Porque a gente está falando aqui na questão da capacitação das escolas, mas a gente tem todos os outros serviços, como foi falado na reunião anterior, na chegada dos pacientes lá no Presidente Vargas, onde foi dito que existia estagiários que mudavam a cada três, seis meses, não lembro agora, e que essas pessoas eram novas, trocadas o tempo todo, e a gente precisa de pessoas com referência, com conhecimento para receber esse público. A gente sabe que qualquer um de nós que esteja acometido por alguma

patologia vai estar fragilizado; seja o que for, seja o cotovelo que bateu na mesa, isso fragiliza. Então, a gente tem que pensar que essas pessoas com deficiência estão ainda mais fragilizadas, e as famílias, por estarem lutando há tanto tempo, o quanto elas estão fragilizadas.

Então são essas três demandas que a gente deu início na anterior, e que a gente precisa seguir.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Daniela.

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Eu gostaria de fazer só mais um registro também, que, assim como o Ver. Alex e eu estivemos lá, eu acho importante porque eu não eu não me sentia no direito de estar falando sobre a escola sem antes conhecê-la. Quero agradecer, diretor, pela sensibilidade de ter nos recebido lá, enquanto vereadores, enfim, então eu precisei ir lá para conhecer de fato, para ter mais legitimidade, até para nós podermos saber do que estamos falando. A partir de agora, a gente tem legitimidade para poder falar. Uma das coisas, vereadores, que me chamou a atenção lá, com a qual precisamos nos preocupar, foi colocado aqui que a escola não é uma escola que atende à comunidade do entorno, ela é uma escola que atende; e os pais que vão lá durante o dia, no caso, eles ficam lá; eles levam os seus filhos e ficam aguardando. Agora vai começar o inverno, vai começar o frio e aqueles pais vão ficar lá naquele espaço que eu acredito que não seja um espaço adequado para eles poderem ficar aguardando. Eles ficam a manhã inteira lá. E outros ficam a tarde inteira lá. Então, acho que é uma das coisas que a gente tem que cuidar também dos cuidadores. É esse o registro que eu faço: para que a gente possa dar um espaço de convivência, para que eles possam ter uma melhor qualidade no aguardo dos seus filhos, enquanto eles estão nos atendimentos da escola.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado. Bem lembrado. Luciana está com a palavra, por gentileza.

SRA. LUCIANA DA SILVA CAMPOS: Boa tarde. Sou coordenadora do projeto Divina Luz. Acho que Érika falou bem sobre as nossas pautas, a Dani complementou bem. Eu queria falar sobre o Certa, que é novo, e a gente ainda tem como fazer o certo. Porque nos serviços que já existem, a gente ainda tem muita burocracia por trás e muitas outras questões que são mais difíceis de ponderar, inclusive pela resistência dos funcionários que já atuam, que a gente sabe. Então, sobre o Certa, eu ouvi recentemente uma fala do Dr. Alceu, num programa *on-line* em que ele estava, a Érika também estava e outros convidados, onde ele falou em 600 crianças atendidas, que 300 seriam de um fluxo do Gercon e 300 de uma demanda da escola ou do posto. E também teve um evento do TEAcolhe, na Assembleia, onde a Josiara estava e ela repetiu esse número de 600 crianças. Eu estava, eu gravei. Então eu queria saber de onde saem essas crianças, elas estão saindo do Gercon, da UBS ou das escolas? Visto que pelos relatos de mães de qualquer escola, mães que frequentam qualquer UBS, eu inclusive, eles não sabem qual é o fluxo. Eles até receberam o relato que eu tenho, da gestão, dos locais onde eu frequento, que eles recebem memorandos informando o fluxo. Por exemplo, a escola recebe memorando informando que existe o Certa, informando como funciona, porém não tem como encaminhar. Isso eles não informam. Eles não sabem se é *check-list*, eles não sabem se tem que retornar à UBS. E chega na UBS, a UBS não sabe se tem que retornar para a escola. Então, não existe uma padronização de encaminhamento. Existe o fluxo, mas não existe a informação. Eles não sabem. Se foi informado, teria que ter o nome da pessoa que recebeu essa informação, porque ela não divulgou para os demais, porque não sabem. Eu posso dizer porque eu frequento. E eu peço que, assim como todo o serviço público, que tenha um Portal de Transparência, que poderia ser anual, para não ser tão prejudicial ao serviço, acredito que tem tempo de fazer uma atualização anual, que ali seja pontuado, por exemplo, 100 crianças foram pelo fluxo Gercon, cinco encaminhadas pela escola. Tem que ter isso visível para as pessoas. Obviamente que não vai ter o nome das pessoas, até porque são crianças. E também dos serviços prestados, assim como tem já na Secretaria da Saúde, ali,

um levantamento de quantas vacinas aplicadas em quanto tempo, quantos atendimentos TO foram feitos, quantos atendimentos fono? Porque a gente sabe que, por exemplo, tem UBS atendendo até às 22h sem médico. Não adianta. Então, tem que ter ali escrito. Porque se o Certa existe, ele tem que ter fono e a fono não vai ou é trocada, enfim, e aí tem um período em que ela tem que se capacitar, tem que dizer quantas crianças perderam atendimento pela ausência desse profissional. Como já é no Santa Ana, enfim, que às vezes chega lá e não tem profissional, no Cerepal. Era isso que eu queria colocar.

E sobre as capacitações, seria bem importante também ter o pessoal da saúde aqui também, que eu acredito que possa contribuir bastante com as capacitações. Porque eu, enquanto servidora, nunca recebi uma capacitação de inclusão, nunca falaram sobre isso, sobre manejos de pessoas com deficiência. Então, acho que isso é bem importante e ela tem que ser obrigatória. E para isso a gente vai ter que mudar a lei, porque não tem como fazer isso sem ter uma questão que respalde até o gestor, para que cobre isso. Eu acho que é isso.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Depois, se tu lembrares de alguma outra coisa, aí tu voltas a falar. Vamos concluir esta Mesa. A Gisele está com a palavra.

SRA. GISELE DOS SANTOS: Boa tarde. Eu sou coordenadora do projeto Angelina Luz e faço parte do Conselho Escolar da Escola Moradas da Hípica. Ambas as minhas filhas são clientes do Município, uma numa escolinha conveniada e a outra de uma escola municipal. Eu vim trazer aqui hoje uma decisão de tutela antecipada, que veio por parte - e eu gostaria de uma explicação referente a isso - do Tribunal de Justiça do Estado Rio Grande do Sul, 1ª Vara do Juizado da Infância e da Juventude, Foro Central da Comarca de Porto Alegre. Essa decisão diz que a SMED teria 60 dias – eu vou resumir, se quiserem na íntegra, tenho à disposição – para colocar um monitor em cada sala de aula de Porto Alegre que tivesse uma criança com deficiência ou mais. Foi assinada eletronicamente em 23 de março e até agora não temos notícias.

O que é que a legislação gaúcha diz? Vou chover no molhado, para exemplificarmos o que estamos falando. A [Lei nº 15.322/19](#) determina “Art. 2º, inc. III - profissional de apoio escolar: pessoa devidamente capacitada na interação e no manejo comportamental de alunos com TEA que atue de forma articulada com os professores da sala de aula comum e da sala de recursos multifuncionais, em todo o contexto escolar, inclusive estimulando/facilitando sua socialização com os demais colegas...”, acho que não é necessário ir adiante porque já deu para entender que é lei e não está sendo cumprida.

Temos a Escola Senador Alberto Pasqualini, na Restinga, eu trouxe um número aproximado, a Jaciara deve saber o número total ou tem como informar, onde são 54 alunos, em média, com TEA; um monitor. Na Escola Moradas da Hípica são 71 alunos laudados, 28 em investigação, se o número não aumentou em duas semanas, o que é bem possível, e a gente sabe que sim: oito monitores. Vou trazer frases de mães: “O meu filho só fica uma hora na escola, três vezes por semana.” Aí, tu chegas na professora e diz: “Como é que nós vamos arrumar isso? Uma hora? A criança tem o direito de estar dentro da escola.” “Pois é, mas é que esse monitor aqui, eu tenho que remanejar ele, porque senão o Fulano não fica. Eu tenho que lidar com os direitos, eu tenho que garantir o direito de todos. Então, para garantir esse direito, eu faço esse remanejo.” *Ok*, mas e o atendimento contraturno, que também é direito da criança, que também está estabelecido? “Pois é, mas é que nesse horário em que eu faria esse atendimento contraturno...” Eu não estou falando nada de novo, é a mesma coisa que vocês vão ouvir em todas as escolas. Quem está a par dessa realidade sabe disso. Não adianta jogarem qualquer monitor dentro das escolas, tem que ser especializado. Quem acha que monitor é para conduzir a criança ao banheiro e limpar o bumbum, quem acha que monitor é para alcançar a comida na boca está muito enganado sobre educação. Monitor é um facilitador pedagógico, e é um direito dos nossos filhos. Como pode uma escola com mais de 54 TEAs, que teriam direito a monitores, ter um monitor. Num desses eventos, inclusive, uma professora foi agredida, porque quando um TEA não tem um monitor, quando ele é dum nível de suporte maior e ele não tem um monitor e ele está inserido

numa festa, que é direito dele, e ele se desregula, se não tem quem preste atenção, porque os professores estão cuidando de uma gama imensa de alunos num parque em festa, ele chega a um nível que ele pode ficar agressivo. Vão culpar a família? Vão culpar o manejo dos professores? Não. O manejo estava incorreto. A criança estava medicada, com atendimento precário, mas tendo, e aí faz como? É um direito garantido.

A gente vê professores que poderiam estar exercendo melhor a sua profissão se estivessem capacitados. A gente vê professoras implorando que professores não usem, por exemplo, letra cursiva, porque isso atrapalha os alunos com TEA, a maior parte deles. E esse pedido não é atendido porque elas não têm capacitação, elas não entendem, elas não foram capacitadas pra isso; elas foram capacitadas pra fazer essa transição da letra bastão para a letra cursiva, o ensino tradicional. No momento em que tu não recebes essa capacitação pra sair desse ensino tradicional, tu estás prejudicando os teus alunos. A gente está, há um ano e meio já, brigando por capacitação e, até agora, é posso dizer que melhorou 2%, mas o número de autistas aumentou muito mais que isso.

É inadmissível que uma criança fique fora da escola porque não tem monitor; é mais inadmissível ainda que a gente ganhe um monitor judicialmente, que atualmente inclusive a gente que contrata. A gente tem que ir atrás, a gente tem que fazer o orçamento, a gente tem que saber se a pessoa é capacita ou não para conseguir três meses de monitor na escola. E é inadmissível que esse monitor ainda acabe sendo dividido na escola pra dar conta do direito de todos. Como que fica essa situação? A minha filha é uma, posso usar ela como exemplo, e a gente vai ter sempre que usar, porque ela não tem socialização nenhuma na escola. Ela não tem problemas com a escola, é uma aluna nota A, não dá problema nenhum, tudo ela sabe, tudo ela aprende, é alfabetizada em duas línguas sozinha, está tranquilo. Só que ela tem problema com socialização. Quando chegar lá no final do ensino médio, e ela tiver que entrar para o mercado de trabalho? Ou vocês vão querer pagar BPC pra ela para o resto da vida? Ou a minha filha pode se tornar um ser útil à sociedade, ela pode trabalhar, ela aprendeu inglês sozinha com nove anos, ela tem um domínio de informática que

nem um de nós aqui tem. Mas, se ela não for capaz de socializar dentro de uma empresa, que utilidade ela vai ter? Vai viver de BPC, então, para o resto da vida porque não teve o apoio público? É para isso que o cofre público vai servir então? Vamos usar esse recurso para jogar essas crianças adiante, elas têm que ter independência. Mas se nem ali, naquele âmbito escolar, que é o primeiro contato dela com a sociedade, ela não tem os direitos dela garantidos, como que a gente faz? E a lei está aqui, está exposta em todos os âmbitos, federal, estadual, municipal. A gente grita todos os dias por um simples cumprimento de lei, e não está conseguindo.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): O Sr. Márcio Malavolta, diretor da EMEEF Prof. Luiz Francisco Lucena Borges, está com a palavra.

SR. MÁRCIO MALAVOLTA: Boa tarde a todas e todos então. Agradeço o convite, mais uma vez, aos vereadores da comissão, às mães, à representante da SMED, a todos que estão aqui e às famílias que também estão participando hoje. Eu acho bastante importante, primeiro, citar a participação das famílias nesses espaços e em todos, porque são elas que podem, muito mais do que nós, falar da realidade e daquilo que as angustia. Bom, falando de onde eu posso falar, do lugar de fala, da Escola Lucena Borges, a gente já veio aqui já conversou em um outro momento, das demandas, e eu vou trazer os encaminhamentos que estão sendo feitos, as visitas que tivemos também e os encaminhamentos que fizemos junto aos vereadores. Nós estamos, sim, com essa questão do transporte, que é uma questão de uma demanda que já vem desde o ano passado, ou antes até, mas vamos pegar a do ano passado, que nós conseguimos, sim, ampliar o atendimento de alunos no transporte, mas temos uma necessidade de alunos e alunas que não estão conseguindo ser atendidos pelo transporte. Hoje temos esse número de 17 alunos na lista de espera; estamos com um processo SEI aberto e encaminhado junto ao setor de transporte, e o retorno que nos foi dado é que está sendo feito um levantamento para contratação de novo serviço. Essa é a informação que nós recebemos. E,

como eu tenho colocado, nós, da escola, não temos a gerência sobre o transporte. Nós fazemos o encaminhamento, verificamos a demanda e, junto ao setor de transporte, junto ao setor administrativo, encaminhamos para que esse atendimento possa ser contemplado. Encaminhamos as famílias também, é um direito de elas buscarem várias formas de serem contempladas nesse atendimento. Isso, sim, prejudica; reforço que a nossa escola realmente, como foi dito, ela não é uma escola de bairro, não é uma escola de comunidade, e é uma escola de difícil acesso. Além disso, sabemos a realidade do perfil do aluno e da aluna que é atendido na nossa escola, que não é uma questão de transporte público, não é uma questão de ter ônibus ou não, porque, às vezes, estar na parada ou não conseguir esperar o ônibus ou não conseguir entrar ou ônibus lotado. Então é, sim, uma demanda muito importante, e nós reforçamos que em contato com o setor da secretaria nos foi, então, passado que está sendo feito um levantamento para uma possível licitação para ampliar. E reforçamos que esse número de alunos e alunas atendidos já foi ampliado referente ao que era anteriormente, mas temos, sim, essa necessidade.

Na questão do atendimento, friso aqui a questão de que, sim, nós temos uma demanda de monitores, no entanto a nossa escola é uma escola que é única da rede com bidocência. Então, as turmas são sempre atendidas por dois profissionais com formação, qualificados, professores, professoras com especialização em educação especial, muitos com mestrado, com doutorado. E os alunos ou alunas, independentemente do número de alunos ou alunas na turma são sempre atendidos por dois profissionais. Temos, sim, a necessidade de completar o nosso quadro de monitores e monitoras, que era maior, foi reduzido por exonerações – as monitoras saíram, e estamos aguardando. Também relato aqui que esse encaminhamento foi passado para a secretaria e nos foi passado que vão ser contratados os monitores que faltam, essa é a informação que a gente recebeu. Prioritariamente, nós tínhamos cinco, como nós ampliamos turma este ano, nós passamos a necessitar de seis, porque hoje a Escola Lucena Borges tem seis turmas no turno da manhã e seis turmas no turno da tarde. Então, nós pensamos sempre na necessidade de pelo menos um

monitor por turma, não por aluno, pela nossa realidade, e estou falando da Escola Lucena Borges, da nossa especificidade e da prática de atendimento com bidocência. Então, um monitor por turma em cada turno daria conta, hoje nós estamos com duas monitoras para toda a escola.

Referente aos banheiros, que foi relatado aqui no último encontro, o processo SEI referente ao projeto do banheiro avançou, o projeto existe, está sendo encaminhado. Segundo o que a gente acompanha no processo, está passando pela unidade de obras, por todas as avaliações. E tem um projeto de construção, até relatei pra quem visitou a escola, que a ideia é se fazer um banheiro adaptado na escola do que reformar os dois que nós temos. E, após esse nosso último encontro, esse projeto andou, não significa que tenhamos resolvido o problema, acho que é importante frisar, mas é importante trazer o que vai acontecendo.

E falando na Escola Lucena Borges, e aí não posso assim avaliar cada escola, para nós, a questão de organização de horário de atendimento, daí não diz respeito à quantidade de monitores ou não, diz respeito a pensar a questão pedagógica, suportabilidade, organização daquele aluno, daquela aluna, daquela turma. Então é sempre pensado a partir da proposta pedagógica. A gente defende o direito das crianças, de todas as 4 horas na escola, no entanto, olhando para a realidade que a gente trabalha, a gente tem que pensar nesse direito, mas também que esse direito seja construtivo, seja na busca de uma melhora do potencial, de crescimento, então assim, que não seja causa de sofrimento nem daquele aluno ou dos outros que frequentam. Nós sabemos que tem, às vezes, alguns alunos ou alunas da nossa escola que conseguem ainda ficar em turma; eles precisam, às vezes, ficar com um, com dois, a gente às vezes precisa fazer com que dois fiquem numa atividade e outro em outra atividade. Então estou falando da nossa realidade, é pensado a partir da proposta pedagógica, construída coletivamente entre as professoras, a equipe de supervisão e orientação da escola e a equipe diretiva. Eu sempre trabalho com a questão de que o nosso foco é cada aluno e cada aluna. Então a gente vai pensar nas potencialidades, nas possibilidades, na suportabilidade e no que aquilo vai gerar de independência, autonomia, crescimento pedagógico, para ele

e também para os outros que estão na turma, porque, às vezes, ele suporta mais tempo, mas o colega precisa de um tempo, de um olhar diferenciado. Isso eu acho que é um grande ganho, e a gente não trabalha na questão de quantidade de horas; a gente trabalha na questão de qualidade desse atendimento. A gente preza muito por isso, e, claro que, conforme vai sendo possível, vai tendo condições, a gente vai ampliando.

Eu me preocupo, não é contradizendo o que foi dito, mas eu me preocupo muito quando a gente diz: se tiver monitor, a gente amplia horário. No meu entendimento, não, claro que a gente precisa, sim, de monitores e monitoras qualificados, mas o horário do aluno tem que ser pensado a partir de cada um e não só porque não basta, às vezes, ter mais gente na escola, se nós não tivermos qualidade e se para ele não for um benefício permanecer na escola. Então acho que essas são as questões que foram apontadas, continuamos com a questão da destas necessidades que foram trazidas. Temos alunos necessitando bastante dessa questão do transporte e o banheiro adaptado, que já é uma luta bastante antiga da escola pelas necessidades de tudo e pelo que se pode ver, hoje no papel, os projetos andaram. Agora, como que eles vão acontecer, é uma outra questão, a nossa expectativa é que aconteça. Quando a Érica fala, e eu trouxe isso na outra reunião também, é que nós possamos, sim, com a questão da referência, porque a gente acredita muito na nossa proposta de trabalho e acreditamos muito na proposta de trabalho da escola Luciana Borges, ser referência na questão pedagógica e também na questão estrutural, na questão de atendimento e de olhar para esse público.

Acho que, no primeiro momento, o que eu posso responder são essas questões.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Muito obrigado, professor. Não é crítica nem observação, quando a gente faz as audiências aqui, nós temos que ter registros, e aqui eu ouvi do professor, diretor da escola, que tem um CEID, de algumas obras. Então é importante a comissão solicitar informação de como está o andamento desse CEID, se poderia apurar um pouquinho devido a circunstância. A comissão serve para isso, até porque, aqui da Mesa, quatro são

da base do governo, apenas o Prof. Alex não é, mas ele colabora também, tem participado com bons debates e sabe que nós temos vida própria, e o objetivo da comissão está acima do parlamentar do plenário, que é outra coisa, você votar o projeto do governo ou não, contra ou a favor. Aqui a comissão tem uma conotação diferente, que é trazer soluções para problemas da sociedade que são direcionados aos serviços públicos, que é o que nós estamos debatendo. Não é crítica, é uma observação, às vezes, os mais experientes chegam primeiro e os outros têm que aprender, mas demora um pouquinho, é a coisa mais natural, nós temos que ter assessores que nos deem possibilidade de encaminhar essas questões. O que o professor falou aqui, inclusive esta semana, eu estive lá na Secretaria de Educação e fui ver um CEID de uma escola da Zona Norte, para ver o andamento das obras, questão de iluminação, mas tudo mais ou menos em cima de um CEID. Lá ficamos sabendo que está bem adiantado e que vão dar preferência também. Acho que devido as circunstâncias do autismo, de escolas que, como vocês falam aqui, a gente começa a entender vocês, no sentido de que as escolas têm uma conotação um pouco diferente das outras, por essa especialidade, por essa complexidade do assunto. Confesso para vocês que eu estou aprendendo com vocês, e aprendendo a gente vai... Mas há necessidade de que a comissão avance também junto, no sentido de ter informações e aproveitar as pautas daqui, as cópias taquigráficas, ou até anotar antes das cópias taquigráficas saírem, para que a gente possa encaminhar essas questões, o que nos dá condição de, junto com vocês, ajudar. Nós estamos aqui para ajudar. A crítica, às vezes, é só momentânea, mas o objetivo está em chegarmos lá e ajudar, independente de ser do governo ou não, porque também quem não é do governo, e sou testemunha disso, muitas coisas o governo faz, de críticas, de observações, de auxiliar, porque conhece bem a história daquilo que foi criado há muito tempo, até porque nós, em média, estamos há bastante tempo, não há o mais experiente ou menos experiente que não possa aprender. Nós estamos sempre aprendendo. É nesse sentido que trago esse tema e passo a palavra ao Prof. Alex, que considero muito importante a avaliação dele.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Muito obrigado, Ver. Cassiá, que está conduzindo a nossa reunião. Eu gostaria de fazer uma complementação à fala do diretor Márcio. Como a Érica falou, eu estive pouco tempo atrás visitando a escola e pudemos conversar um pouco mais calmamente e demoradamente sobre esses problemas que estão sendo aqui debatidos. A questão do transporte que o diretor Márcio fala, é importante que, para fazer um novo edital, a SMED e o governo, na Secretaria de Administração, se atentem às necessidades específicas da escola.

O transporte escolar funciona mais o menos como se fossem determinadas linhas, e a escola tem especificidades. É importante que sejam incluídos dispositivos dentro do processo de seleção do edital, da disputa, não sei qual será o modal escolhido pelo Executivo, mas que coloque alguns atrelamentos específicos para que a direção possa fazer determinadas recomendações e que os veículos fiquem à disposição da comunidade escolar. Existem necessidades, as crianças, às vezes, um se desorganiza, precisa fazer um atendimento específico, levar para algum lugar, de repente conduzir para casa um pouco mais cedo ou então em horários diferenciados, e isso muitas vezes a pessoa que se inscreve para uma concorrência não se atenta. A gente precisa ter uma sensibilidade maior na hora de organizar esses processos, para que a pessoa que vá prestar o serviço possa atender ao que é esperado nesse processo, e não simplesmente: Ah, eu tenho um veículo, tudo bem... Início do turno eu pego a gurizada, levo para lá, despejo, lá, vou embora fazer o que bem entender, e no final do turno eu recolho. Não é assim que funciona. a Lucena tem características muito específicas e isso precisa de uma atenção muito especial por parte dos gestores, para poder conduzir um processo, obviamente, íntegro, mas atendendo as necessidades particulares que a comunidade escolar da Lucena precisa. Então, só deixo esse registro porque, infelizmente, eu tenho uma reunião às 15h30min, mas a minha assessora Vitória vai continuar acompanhando a reunião. Muito obrigado.

SR. MÁRCIO MALAVOLTA: Só uma questão que esqueci de responder e foi citada, mas só para complementar. A questão do portão, que temos ainda o problema, mas nesta semana, quinta-feira, será consertado o portão, automatizado. Nós tivemos um fato de um aluno passar do portão uma vez, mas isso nunca tinha acontecido e, ao acontecer, nos alertou muito mais. Nós, então, encaminhamos pelo conselho escolar, foi aprovado, e estamos fazendo com a verba trimestral o conserto e a automatização do portão, e nessa semana a gente termina a nossa bendita reforma elétrica, que está sendo feita parceladamente, e é uma reforma parcial também da escola, de uma emenda impositiva, que era do Ver. Alex, de um tempo atrás, e nós estamos conseguindo concluir. Então, nessa semana, quinta e sexta feira, a escola vai fazer o conserto do portão, sua automatização e concluir a reforma elétrica.

SRA. GISELE DOS SANTOS: Só uma licencinha. Um aluno é um filho de alguém e pra esse alguém, ele é o mundo. Então, dizer que isso nunca aconteceu? Aconteceu, é bem grave.

SR. MÁRCIO MALAVOLTA: Eu concordo contigo. Para nós, todos os alunos e todas as alunas são muito importantes, e não falei “um” no sentido de ser menos ou mais, eu falei no sentido de que o fato aconteceu, como nunca tinha acontecido na nossa gestão. Quando aconteceu, foi conversado com as mães e foi tomada uma atitude, só que a questão de termos verba e de tudo isso fez com que nós tivéssemos que esperar, mas, com certeza, um aluno ou qualquer aluno não faz diferença, porque todos são muito importantes.

SRA. GISELE DOS SANTOS: Vocês não deveriam ter que ter esperado pelo conserto de um portão.

SR. MÁRCIO MALAVOLTA: Desculpa, não sei se tu conheces a nossa escola, mas os alunos não frequentam esse espaço onde fica o portão, tem portas. Até foi feito um levantamento da questão de preocupação, de que a porta ficava

fechada e foi nos dito assim: as portas deveriam ficar abertas, por questão de necessidade de sair. E nós explicamos: as portas ficam fechadas porque um aluno pode sair correndo de uma sala de aula e assim ele vai para o pátio. Então esse portão é onde fica a comunidade, ficam as famílias, os alunos não ficam ali na frente, e o portão sempre ficou fechado, só que era com corrente, e aí foi pedido que se automatizasse, para que pudesse ficar mais fácil. Nós chegamos a ter porteiro, agora nós não temos porteiro, então optamos pela automatização, que foi aprovada em conselho escolar. Ninguém esperou acontecer, na verdade, como nunca tinha acontecido, e como os alunos não transitam por esse espaço, nunca foi pensada nessa necessidade. A escola tem 33 anos e nunca foi pensada nessa necessidade por ser um espaço de entrada e saída da comunidade, e os alunos, depois que entram da porta para dentro, tem porta, tem outros portões, mas como aconteceu um fato desses, foi, sim, vista a necessidade, porque é algo também preocupante. Então para pensar assim, mesmo que seja um, dois três, não muda, porque o que importa para nós é que todas e todos estejam em segurança, por isso que a gente atende com bidocência, por isso que a gente se preocupa em não deixar aluno sozinho com uma professora só. Então eu acho que é bem legal a gente poder pensar nisso, mas seria bem interessante ir lá, conhecer e poder falar também desse lugar a partir disso.

SRA. LUCIANA DA SILVA CAMPOS: Com licença, eu entendo o que o diretor fala, só que esse foi um evento que foi exposto aqui, e essa é uma escola especial com uma segurança bem importante. Eu já fui visitar lá eu sei que realmente eles têm um olhar, só que a gente pensa numa escola regular, pública, onde não tem toda essa segurança. Quantas crianças acabam saindo sem que ninguém veja? Temos falta de profissionais capacitados para identificar uma criança, porque a pessoa da higienização de repente não conhece, não sabe ver, acha que é um aluno aleatório, que foi dispensado, que está saindo pelo portão, que está sem um monitor, fica guardando às vezes do lado de fora da escola. Então, acho que se vai pensar em ter uma segurança de escola, tem que

pensar nas regulares também. Se for contratar um vigia, acho que seria um vigia, para cuidar da portaria, para que ninguém estranho entre... É um porteiro?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Os vigilantes cuidam do patrimônio, os porteiros fazem esse papel.

SRA. LUCIANA DA SILVA CAMPOS: O porteiro, então, para cuidar desse fluxo de entrada e saída de pessoas. De escola regular também, só ponderar, que se for falar sobre isso novamente, que se fale de todas as escolas, e não das especiais, que já têm uma proteção maior em relação a isso e ocorreu, tu imaginas nas que a gente não sabe. Outra coisa, essas crianças que não frequentam a escola e têm o seu direito garantido até na Constituição, o material didático está sendo fornecido pra elas? Porque o ensino tem que acontecer, se as crianças não estão indo na escola, essa mãe tem que receber o material e ser orientada a aplicar. Eu não vou dizer que todos os dias vá um professor até a casa dessa criança, um monitor ou uma psicopedagoga para orientar a família, porque a mãe, muitas vezes, não tem condições e ela acaba sendo a professora do filho. Agora tu imaginas o desespero da mãe, não tendo acesso à escola, não tendo material e não tendo ninguém que a instrua em como fazer seu filho evoluir. Então tem que ser pensado isso também, que essas crianças, enquanto se espera o transporte, ela receba o material e alguém que auxilie a aprendizagem, e isso existe na lei.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Presidente, só um minutinho, só pra não perder o fio da meada. Agora falando não enquanto presidente no Projeto Social Angelina Luz, mas agradecendo a confiança das famílias da Lucena, que me elegeram para representá-las junto ao novo conselho. Diretor Márcio, com relação ao que o senhor trouxe aqui para a comissão, das turmas, sobre os horários intermediados, pelo respeito, sim, de cada um, cada um tem o seu tempo, tem crianças que tem suportabilidade, outras não. Mas no momento em que uma sala de aula, numa turma, as turmas ali são com seis alunos...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ÉRIKA ROCHA: É, nem todas. Enfim, se são quatro alunos e dois não têm essa suportabilidade, os outros quatro vão ter os horários deles reduzidos pela não suportabilidade dos outros dois. Crianças que poderiam estar durante 4 horas e que não podem ficar 4 horas por conta da dificuldade de um ou dois colegas. Hoje até tu viste, tem muitas mães da Lucena aqui, eu estou ficando ali com elas agora, descontentes com isso, sabendo que tem todo um módulo que tem toda essa parte de não ter os monitores. Quando eu cheguei, lá no início, a gente conversou sobre essa falta de monitores, que são essenciais, porque aí quem está tocando fralda era tu ou vice-diretor, que não está mais lá na escola, que também fazia isso, é a Flávia, enfim, porque as duas monitoras não dão conta. Mas essa redução de horário... Eu sei porque quando a minha filha chegou este ano lá na escola, ela estava em outra turma, na M2. Ela ficou na primeira semana, quando eles falam que eles vão conhecendo aluno e tal, isso ia ser feito até maio, e na primeira semana minha filha só podia ir duas vezes, que era terça e quinta, por 1 hora. Na segunda semana, ela só podia ir um dia. Eu penso o seguinte: a criança, para se adaptar à escola, para fazer uma adaptação – o senhor é professor, pode dizer se eu estou errada, e os demais também –, tem que ir todos os dias para a escola, e o limite dessa criança, sim, ser respeitado, e não uma, duas vezes por semana. Isso vai ser uma adaptação de 12 meses. Então tem crianças, em turmas, que conseguem estar na escola por mais tempo, isso é uma reclamação geral das mães, e que, infelizmente, por alguns colegas que não têm essa suportabilidade, acabam sendo prejudicados. Eu acho que isso tinha que ser revisto de alguma forma.

SR. MÁRCIO MALAVOLTA: Eu acho que a gente vai prolongar demais, mas vou tentar. Acho que é bem importante, mas acho que tem muitas questões para serem pautadas. Primeiro, nós dizemos que umas crianças vão ser predicasadas pelas outras, acho uma questão preocupante, porque nenhuma criança está prejudicando a outra se ela não é atendida ou é atendida.

SRA. ÉRIKA ROCHA: No momento em que reduz o horário de uma criança por conta das condições de outra, está prejudicando. A minha, inclusive, não teve acesso a nenhum colega da turma em que ela estava, e ela está, hoje, em outra turma onde os alunos ficam, inclusive é a turma da Karla Wunder, que estaria aqui com a gente hoje e não está, que é professora da escola, e ali os alunos ficam todos os dias da semana, no horário normal, das 8h às 11h30min.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Está bem; o professor Márcio vai responder.

SR. MÁRCIO MALAVOLTTA: De novo, então; começando a minha resposta de onde eu tinha parado. Então, há realidades diferentes, de turmas diferentes; por isso que a gente separa em turmas de módulos e turmas que não são de módulos; há a realidade que, sim, às vezes algumas crianças têm suportabilidade, mas o colega não tem, e o colega precisa ter seu direito respeitado, para que ele possa frequentar. Existe, sim, a ampliação de horário, tanto que, como tu mesmo citaste, a questão da Angelina, já que tu citaste vou trazer como exemplo: ela foi trocada de turma porque foi visto que a turma em que ela estava era uma turma de módulo e que ela poderia ter, sim, seu horário ampliado, até porque, por exemplo, a gente já conversou sobre isso, posso dizer que a Angelina é uma menina que tem todas as condições de estar até numa escola regular comum, não tem necessidade estar na EMEEF Prof. Luiz Francisco Lucena Borges. A gente tem batalhado para essas transições de alunas e alunos que podem, a gente batalha muito pela frequência dos alunos e das alunas na escola, a gente insiste muito com as famílias para que levem, que tentem cumprir os horários, que se comprometam, que façam, sim, dessa rotina, dessa questão, para discutir a questão toda, pedagógica, que eu acho que a gente pode discutir, mas aí existe todo um entendimento do que a gente pode dizer, do que é a adaptação, período de adaptação, período de sondagem, período que cada um... Eu dizer que todas as crianças se adaptam, de uma maneira ou de outra, estou cometendo também um equívoco, porque as crianças

não se adaptam todas da mesma maneira, nem no mesmo tempo. E têm outras crianças que vão precisar de tempo, e quando a gente fala de tempo, a gente tem que poder respeitar os tempos de cada um. Então, acho que é assim. Às vezes vai acontecer, sim, numa turma de seis, oito alunos, que algum aluno que tem suportabilidade para ficar mas, porque outro não pode, de não ter o tempo todo contemplado, e não é pela falta de monitores ou monitoras, porque na nossa escola a carga horária dos alunos e das alunas não é afetada pela falta de monitores ou monitoras; o que é afetado, sim, aí a gente fala da questão da qualidade do atendimento, de poder ter o suporte, porque, na nossa escola, o papel da monitora e do monitor é suporte para trocas de banheiro, para alimentação, para essas questões, porque nós trabalhamos com a questão da bidocência. Então, já temos dois profissionais envolvidos ali, mas os monitores e monitoras participam das atividades coletivas, das atividades de recreio; caso uma professora precise sair para dar um suporte para um aluno que esteja mais desregulado, precisando de um acompanhamento, pode, sim, uma monitora entrar na sala de aula, mas nós temos também as professoras itinerantes, que são as professoras que vão no seu turno contrário para fazer essas atividades e para suprir essas necessidades. Então, reforço, temos a necessidade, sim, do quadro de monitores e monitoras, mas não é isso que vai mudar a nossa forma de atendimento, a questão de entendimento pedagógico ou a quantidade de horas em que os alunos ou as alunas são atendidos, isto é construído a partir de um olhar pedagógico coletivo entre as professoras, a equipe, para que a gente possa pensar junto o que é melhor naquele momento para cada criança, pra cada adolescente que está na escola. Então acho que isso é bastante importante; acho que é bastante importante que possamos, sim, problematizar, discutir e fazer esse entendimento, para que a gente possa chegar ao que é melhor para todos e para todas; então, há alunos, sim, que frequentam o turno inteiro, alunos que não frequentam o turno inteiro, frequentam meio turno, frequentam todos os dias, num turno só, há turmas que são divididas em dois turnos, o primeiro e o segundo bloco, por essa questão que às vezes o aluno tem necessidade de locomoção ou se desorganiza ou têm as questões das

convulsões. Então, são vários fatores que a gente teria que avaliar, caso a caso, para poder discutir essa questão.

SRA. DANIELE VALIANTE MONTIEL: Eu só gostaria de fazer uma colocação sobre o que o Márcio colocou, no sentido de que eles não são prejudicados no tempo de permanência na escola, mas ele traz o prejuízo na qualidade do atendimento; isso só reforça a necessidade dos monitores, independente se for na questão da assistência ou na questão pedagógica, acho que isso tem que ficar bem evidente, que independente do papel que está sendo desempenhado, esperado ou não, está prejudicando na qualidade. E, querendo ou não, a gente está aqui justamente debatendo, para que se tenha qualidade.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): O que é importante, importantíssimo. Eu quero ver, não foi citada a FASC? É e aí a FASC, como é um assunto menos complexo até... Passo a palavra para a Sra. Gisele dos santos.

SRA. GISELE DOS SANTOS: Sou coordenadora do projeto Angelina Luz; trouxe a pauta na outra reunião, mas não tinha um representante da FASC; não enviaram um *e-mail*. Eu faço o acolhimento das famílias atualmente, e uma das nossas grandes demandas, e a gente queria fazer alguma coisa junto a FASC. Eu não tenho estudo para isso; atualmente faço a instrução das famílias, que como é que elas conseguem um BPC. “Meu filho perdeu a Carteira de Identidade. Eu fui lá e não consegui, porque tinha que pagar e eu não tenho dinheiro.” Olha, tu voltas lá CRAS, faz assim e assim. Só que, quando essas famílias chegam no CRAS o atendimento não está sendo bem feito. Os CRAS foram reduzidos, inclusive; essas famílias saem de lá sem resposta e sem amparo. Outra coisa, vou colocar rapidamente, mas puderem trazer, como pauta, essa parte da assistência social, quando os assistentes sociais estão fazendo as visitas do BPC, a gente tem passado por verdadeiras humilhações, desde abrir guarda roupa de famílias para tirar foto, até vasculhar garagens. FASC é assistência social ou é FBI, porque é surreal o que a gente tem ouvido de relatos

dos pais e mães. No CRAS, essas famílias precisam de um acolhimento e de um acompanhamento, porque eu não aguento mais ouvir mãe dizer: “Esta noite eu pensei em me matar e matar o meu, para onde eu vou, o que eu faço, o que eu procuro.” Eu não tenho estudo para fazer o trabalho da Daniele, eu posso, inclusive, colocar uma vida em risco, aconselhando essa mãe, mas sou obrigada a fazer isso, porque é o único jeito que a gente tem de amparar essas famílias, porque o projeto recebe pouco apoio para uma demanda muito grande. E a gente tem apoio valiosíssimo, mas é muito pouco perto do que precisaria. Então, que a gente traga num outro momento para não prolongar, mas só pra não deixar, porque a pessoa vem, em respeito, respeito que não tiveram da outra vez. Então, como ela veio dessa vez, que a demanda por parte da comissão está sendo essa, do acolhimento às famílias, e do trabalho em direitos que hoje em dia é exposto por projetos como nós e pela escola, que não tem que atender essa demanda; essa demanda é da assistência social, mais um encargo para escolas, não dá. Obrigada.

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Só complementar, o quanto é importante a presença da FASC aqui, é fundamental porque essas mães já estão, de uma certa forma, não digo derrotadas, mas cansadas, exaustas. E muitas vezes temos que ter esse olhar. Você tem que levar para sua presidência, lá através do presidente, um olhar diferenciado para esses atendimentos, porque vai aumentar mais ainda essa demanda. E cada vez tem aumentado mais, Ver. Cassiá. Eu acho que vocês têm que estar preparados para ter um atendimento diferenciado para essas mães. Quando for alguma mãe com uma solicitação que chega até lá, uma solicitação dessas; opa, temos que encaminhar, temos que fazer as coisas acontecerem, porque ela já está ali, de uma certa forma, cansada, exausta, esgotada. Eu acho que a gente tem que dar um *plus* a mais ali para esses atendimentos, para que a gente não consiga, de primeiro, porque a FASC acaba sendo o primeiro contato que ela vai ter, para depois seguir adiante para saber os caminhos que ela vai... Eu tenho atendido mães no meu gabinete – a única coisa que elas querem é uma orientação, serem acolhidas.

Elas se sentem acolhidas, elas se sentem assim, de uma certa forma, feliz em saber que tem alguém preocupado com elas, direcionando-as para o caminho certo. Então, é só nesse sentido que eu acho fundamental a FASC; é um tema que não a gente não vai conseguir debater aqui, porque não é só num CRAS, acho que tem que levar isso para toda a rede de atendimento, para passar essa demanda de ter um atendimento excepcional, diferenciado. É isso.

SRA. DANÍSIA GALVARROS NUNES: Boa tarde, sou assistente social do núcleo de acolhimento de criança e adolescente, eu não trabalho diretamente com os CRASs, mas, com o tempo que eu tenho de formada, já passei por serviços de ponta de território. O CRAS é um serviço que deve – ou deveria – ter uma porta aberta para esses esclarecimentos. A gente sabe que um serviço de território tem que atender as famílias, tem que estar próximo às famílias executando esses esclarecimentos que são tão importantes para esses encaminhamentos de benefício que, muitas vezes, não são para a vida toda, mas são essenciais por boa parte da vida dessas crianças, adolescentes e até adultos. Então eu gostaria de dizer que eu não trabalho diretamente com as famílias, o meu recorte é acolhimento institucional, mas eu vejo no acolhimento institucional também muitas crianças e adolescentes sendo acolhidos por questões de saúde mental e TEA, que as famílias também têm muitas dificuldades de promover aquela convivência familiar, isso é bastante difícil. Então eu vou levar essas informações, essa demanda que vocês me trazem; eu gostaria até, Ver. Marcelo, que pudesse ser aberto um SEI para a gente responder isso, eu vou levar isso para a DT, a nossa direção técnica. E é isso, mas a gente busca sempre aprimorar da melhor forma possível. Sabemos que temos dificuldades; principalmente depois da pandemia, as coisas pioraram muito com as famílias nos territórios, a gente sabe disso; as demandas, inclusive, de cesta básica, aquela coisa mais diária vem acontecendo. Agora já deu uma organizada, mas tivemos demandas muito graves, como a questão da fome, antes de qualquer outro atendimento de saúde. Então é isso, gurias, eu entendo a situação de vocês como técnica, já vivi isso, sei que é bastante importante, e

me coloco extremamente comprometida com vocês e com a FASC para poder responder e estar em outras reuniões aqui também.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Eu te agradeço e espero que a gente possa sentar para conversar. Também deixo aqui um pedido a mais com relação aos CRASs. No momento em que a pessoa com Transtorno do Espectro Autista tem direito a ter atendimento prioritário, por que isso não acontece dentro de nenhum CRAS? Por que as mães amanhecem na fila, às 5h da manhã, até que abram a porta? E por que o CRAS não dá o acolhimento necessário, devido e não respeita o atendimento prioritário? Acho que tem que ter uma capacitação dentro de todos os CRASs para o atendimento a essas pessoas com deficiência e às pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): A Josiara deve ter anotado ali no caderninho muitas coisas. A professora Josiara está com a palavra.

SRA. JOSIARA SOUZA: Anotei. Vou começar por uma fala...

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Isso, professora Josiara, devido à importância do teu relato, às vezes, dá uma palavrinha para nós, como um aparte, porque aí as tuas respostas vão ficar perfeitas.

SRA. JOSIARA SOUZA: Tranquilo. Eu trabalho na Secretaria Municipal de Educação, sou técnica, como se diz aqui, sou da educação especial, sou da educação comum, venho há mais de três décadas alfabetizando, alfabetizando adultos, trabalhando como professora. Bom, eu anotei aqui, só para complementar ali a fala que o Márcio tinha feito – e aí é o administrativo, e os senhores podem pedir mais informação. A Resolução nº 002/2023 está dificultando aumentar a frota, tem uma questão de registro de preço, tem uma

questão para os transportes. O administrativo da SMED está trabalhando nisso, eu já tinha perguntado aqui para eles. Hoje, só tem duas vans – não é, Márcio? No início do ano, se não me engano, havia mais um transporte, aí não pôde, porque não estava com a documentação correta. Então, realmente, tem se trabalhado nessa questão da legislação também, que é o que está dificultando essa contratação do transporte, é o entrave.

Bom, eu já falei aqui com a Cleusa sobre os monitores, porque os monitores da escola, os que saíram, eles se exoneraram, assumiram como professores, estão na rede, inclusive, com professores de educação infantil. Ainda não saiu realmente o número de nomeações de monitores, mas está previsto para a escola. Colocar também que essa redução dos horários de alunos não acontece só na Lucena, acontece em toda a rede, porque nós temos uma legislação, a nº 13, de 2013, que diz que pode acontecer, desde que esteja de acordo com a parte médica também da criança, que ela não tenha suportabilidade. O que é a suportabilidade? Que ela não consiga ficar, mas o professor do AAE tem que estar em contato também com a parte médica da criança, fazendo essa interlocução. Por que eu digo isso? Porque, realmente, nós temos crianças que não entram em escola. Ontem, eu recebi uma criança no Certa já encaminhada por uma escola nossa; ela não entra na escola, ela não consegue entrar ainda, ela é uma criança de cinco anos que, por algumas questões, vai precisar passar por uma avaliação para, depois, termos um plano de trabalho dela – depois, eu vou falar um pouquinho disso –, e ela não consegue entrar, mesmo que tivesse um monitor, nem o professor do AAE consegue atender ela na Sala de Integração e Recursos, nem o professor da escola consegue fazer isso. Então ela veio para nós, foi encaminhada para lá para a gente criar essa rotina, fazer todo esse plano; depois, quando ela estiver conseguindo, a gente vai começar a fazer as transições para a escola comum, porque o objetivo do Certa não é ficar com as turmas lá dentro, é que as crianças fiquem na escola comum e que elas façam essa transição. Então a gente está tendo esse olhar.

Bom, sobre as demandas da escola a gente já está conversando com o diretor, ele já colocou, então também eu não vou me deter a isso. A Lucena tem não só

bidocência, mas ela tem mais oito professores que entram, cada um deles, dois períodos na turma, com projetos. Então as escolas especiais têm toda uma organização diferente de base curricular. O professor é 20 horas, tanto o professor na Lucena, que tem bidocência; quanto nas outras que não têm, sala de aula. Ele faz o seu planejamento, o seu horário de estudo em turno inverso, para estar sempre na turma. Então vão ter sempre dois ou três professores. Quando é que entram três? Quando entram os professores de educação física, de artes ou os outros dois com projetos que a escola tem. Então eles têm 12 horas, praticamente, que eles vão ter só com a dupla de professores bidocentes na Lucena. As outras três escolas especiais não têm bidocência, têm alguma turma que tem mais horas de professores, mas não são bidocentes as outras três escolas especiais. O professor de 20 horas, mais os professores de projetos, que dão oito períodos, e os professores volantes, que aí eles ficam acompanhando aquelas turmas que realmente precisam mais.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Sobre os projetos: tem os projetos na Lucena, e aí as crianças são levadas para os projetos, para ficarem com os professores do projeto, não é?

SRA. JOSIARA SOUZA: Mas o professor da turma deverá acompanhá-los, não teria problema nenhum.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Eu acho que um dos professores acompanha.

SRA. JOSIARA SOUZA: Porque os dois são 20 horas.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Mas aí um deles é o que acompanha.

SR. MÁRCIO MALAVOLTA: Só para que todo mundo entenda a dinâmica: quando os alunos são atendidos por projetos ou especializadas, geralmente um professor da turma acompanha; às vezes, nem toda a turma vai para o projeto.

Por exemplo, nós temos um projeto de inovação; a turma tem seis alunos; às vezes, dois vão para o projeto de inovação e os outros não vão. Por quê? Porque os projetos também são pensados, naquele momento, para aqueles alunos. Então, às vezes, para alguns alunos, naquele momento, o projeto ou a proposta não dá conta daquele aluno, ou ele precisa de um momento com os professores regentes para que ele possa ter um momento só dele ou da dupla. Então essa dinâmica é organizada – de novo – com o Plano Pedagógico de cada turma. Se vai para o projeto de ambiental, são duas professoras que vão atendê-lo; vai a professora da turma junto, vão quase todos os alunos, os outros ficam com a outra professora e com o itinerante. Então isso vai depender da dinâmica de cada turma e de cada organização, para que a gente possa pensar, ou às vezes até para que a gente possa acolher um outro aluno naquele horário, aquele aluno ainda não está suportando ficar com a turma, que ainda não consegue, ou por barulho ou por alguma outra questão. Então aquele aluno tem um atendimento diferenciado naquele momento, e os outros podem ir para o projeto. Isso é poder pensar o plano pedagógico individual, poder pensar para cada aluno um plano pedagógico e não só para a turma. A gente tem uma proposta de turma, mas tem uma proposta pra cada aluno e pra cada aluna, e essa questão de os professores terem as vinte horas com a sua turma e os projetos faz com que a gente possa organizar com essa dinâmica.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Diretor Márcio, me diz uma coisa, de quanto em quanto tempo as famílias têm o retorno, semestral, bimestral, desse pedagógico que é feito com a criança lá dentro? Quando é que a gente recebe esse retorno?

SR. MÁRCIO MALAVOLTA: Então, tem várias formas de retorno. Primeiro, que é o período de acolhimento, agora teve o período de sondagem, e nas próximas semanas todas as famílias vão ser chamadas para conversar com a sua dupla de professores, e enquanto todo grupo, e depois nós temos as avaliações que são nos períodos semestrais, interdisciplinares, onde as famílias também recebem outro retorno. Então tem o retorno individualizado, que é quando a

família é chamada, por exemplo, por uma necessidade de troca de horário, por uma necessidade de troca de turma, ou por uma demanda da própria família, como acontece com várias mães: ah, não entendi isso, ou quero saber aquilo... a família é recebida; nós temos as interconsultas, que são as idas aos atendimentos que as crianças recebem. Hoje de manhã, por exemplo, nós estávamos reunidos com a clínica de uma menina. A gente faz interconsulta junto aos espaços de saúde, tem a cartografia que é um momento também de conversa das famílias com as professoras, que as professoras vão até a casa das famílias, para conversar na casa das famílias sobre a realidade daquela criança, às vezes com outros familiares, com outras pessoas que estão envolvidas no desenvolvimento dessa criança. Agora vai ser agendado para as próximas duas ou três semanas reuniões por turma com as professoras e a equipe do SOP sobre o andamento da turma, sobre como estão os acontecimentos, mas aí é por turma, não individual.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Sim, a minha pergunta foi o retorno pedagógico individual. Maravilhoso o programa da cartografia, a Angelina foi a primeira criança a receber, é um projeto novo ali...

SR. MÁRCIO MALAVOLTA: Não, não é um projeto novo, é um projeto muito antigo da escola; o projeto tem quase a mesma vida da escola.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Ah, disseram vamos começar... Recebemos a Carla e a Sônia lá em casa. Eu digo o que é trabalhado para o pedagógico com a Angelina, eu vou receber esse retorno quando? Não é em conversa, eu vou receber como esse retorno pedagógico?

SR. MÁRCIO MALAVOLTA: Estás pedindo-o escrito?

SRA. ÉRIKA ROCHA: Não sei, estou perguntando como é o registro, como é passado.

SR. MÁRCIO MALAVOLTA: O registro é feito no semestre, a entrega da avaliação das turmas, é por semestre, no meio do ano e no final do ano, após as interdisciplinares. Mas a qualquer momento, pelo menos lá na escola nunca foi negado pra nenhuma mãe ser atendida e ser conversado sobre a sua filha ou o seu filho, a qualquer momento dentro da escola. Mas a entrega de avaliações é semestral, vai ser no meio do ano, após as interdisciplinares, porque a gente teve o período de sondagem, que é o período de conhecer o aluno e a aluna, organizar a turma; a cartografia, que não é um movimento novo, é um movimento que tem quase a mesma idade da escola e que acontece em todas as turmas, que é a saída até a casa dos alunos ou das alunas pra conhecer a realidade e conversar com outras pessoas envolvidas, e depois as interdisciplinares, que é feita a avaliação de todas as professoras e dado retorno pra cada família, no meio e no final do ano.

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Quero só antes fazer o registro e convidar pra fazer parte da Mesa o secretário adjunto, o Cláudio Franze, da SMED.

SRA. DANIELE VALIANTE MARTIEL: Josiara, quanto tu fizeste a colocação de um menino que vai fazer todo um trabalho de dessensibilização pra entrar na escola, vem exatamente ao encontro do que a gente está trazendo aqui no sentido de que essas crianças, uma grande quantidade de crianças, está há bastante tempo com diagnóstico ou em busca de diagnóstico, e essa criança, eu não sei, não posso dizer se se estava ou não em atendimento, porque esse atendimento que a gente bate tanto, seja psicológico, fono, TO, enfim, todos os atendimentos que a gente sabe da necessidade numa criança autista, se eles acontecerem de maneira precoce, que é o que a gente tanto bate, e pra que ela também não tenha as podas neurais, com certeza ajuda e muito nessa entrada na escola, porque pra fazer um atendimento de uma criança, seja ela autista ou não, nós precisamos fazer um vínculo terapêutico, e isso não é só da psicologia, isso é em qualquer área, e, essa criança, na medida que ela faz esses

atendimentos precoces, de preferência, que é o que se esperaria, ela com certeza vai ter muito mais condições de fazer essa entrada na escola. A gente entende que cada indivíduo é indiscutível, cada um de nós; eu, como psicóloga, o que eu mais bato é a questão do indivíduo; a gente não pode querer que todo mundo goste do mesmo feijão, é impossível. Então esse tratamento precoce ajudaria e muito não só na entrada da escola, mas o que a Gisele acabou de falar sobre a entrada no mercado de trabalho. A gente tem aí um número muito grande de adolescentes saindo das escolas no ensino médio sem saber pra onde vai. Trago um exemplo: eu atendo um menino que terminou o ensino médio no ano passado, e, na semana passada, o que ele levou para o atendimento dele comigo foi o início da construção do currículo dele. É um menino – para mim é um menino – que tem 18 anos, que fala inglês fluentemente, que desenha maravilhosamente, que entende da questão de informática – como a da Gisele também –, muito bem, só que, pela questão da socialização, o lugar dele no mercado de trabalho não é pequeno, é extremamente reduzido. Então a gente não começa lá na ponta, como teria que começar no atendimento precoce, e a gente chega aqui nos dezoito, nos vinte e cinco, nos quarenta e cinco, com pessoas totalmente fora do mercado de trabalho, e, mais doloroso do que o mercado de trabalho, é fora da vida social, é fora do âmbito familiar, porque os familiares não sabem muitas vezes, principalmente os que têm menor instrução, do que que eles vão fazer com essas pessoas, que são seres humanos.

SRA. JOSIARA SOUZA: Eu ia falar que a cartografia é feita também pelos professores de sala de recurso, a gente não fecha um PDI de aluno sem fazer uma visita, sem ir na casa, sem no mínimo oito encontros, sem ter vínculo com essa criança. A gente só fecha os nossos planos de atendimento quando a gente já tem vínculo; então, na rede, isso já vem há muito tempo esse trabalho e que precisa ser continuado. Nós temos ali a questão da formação, como tu colocaste, está sendo oferecido regionalmente pra ECEIs e EMEIs, a gente está fazendo formações ou na escola, no dia do alinhamento, e uma grande formação regional, mas pra trabalhar também principalmente o desenvolvimento da

criança, porque antes de qualquer coisa, a gente tem que saber o desenvolvimento dessa criança. A gente teve agora uma palestra maravilhosa com o professor Rafael trazendo o método da Pikler, trazendo desenvolvimento infantil gratuito. Mas aí é quem queria, era de noite, era na Casa de Cultura Mário Quintana, aí vai depender também de cada pessoa, a gente não tem como obrigar as pessoas a irem. Tem se oferecido formações na área da alfabetização, obrigatórias da SMED, fora isso tem formações lá no próprio *site* do governo federal tem muita formação boa também, mas aí a gente tem que usar o sábado, a gente tem que usar o domingo. Mas aí nós temos, obrigatória, o funcionário público tem um plano de carreira, tem estatuto, tem coisas que teria que mudar a lei, aí não é para nós. A gente oferece e a gente faz, e o Certa vem também pra oferecer formações, pra ir nas escolas e também fazer esse convencimento e sensibilização, porque tem coisas que obrigado, até vou dizer pra vocês que eu não concordo. Eu fiquei um sábado ali no encontro, das oito da manhã às oito e vinte da noite, porque eu queria estar lá, eu estava lá, não era meu horário de trabalho, mas porque a gente queria ouvir as pessoas, a gente queria estudar, e aí também tem um pouquinho da nossa sensibilização. Então às vezes é melhor a gente sensibilizar as pessoas e trazer para o encantamento do que na obrigatoriedade, porque o resultado não é muito positivo muitas vezes, a pessoa até vai e ganha o certificado. Pessoal, o que está difícil nós conseguirmos hoje neuropediatra; não se tem. Então vai ter que se fazer sensibilização para que as pessoas, no futuro, queiram essa área que é tão importante e se precisa, por que, senão os atendimentos não andam. E eu vou dizer isso para vocês porque a gente está com um neuropediatra lá no Certa, falta um ainda e se está buscando. Então o quanto é difícil alguns... Bom, geneticista a gente sabe que também não tem formação... Então, a gente precisa de oftalmopediatra que é uma cirurgia, uma especialização para não deixar uma criança cega total para o resto da vida, que é quando nas primeiras 72 horas ela tem que passar pela cirurgia, senão ela vai ficar totalmente cega o resto da sua vida. Então são especialidades que também a gente precisa no mercado para nos atender, para nos dar suporte - eu gosto muito do trabalho em rede para construir junto

conosco. O professor ele tem o pedagógico, mas nós precisamos sim, junto da parte da Saúde, junto da parte da assistência construir redes de apoio, e é assim que a gente pensa em trabalho lá no Certa.

Vocês sabem que o Conselho Nacional de Educação até hoje não terminou as diretrizes ainda do apoio de inclusão da criança com autismo, ainda não estão concluídas, eles estão no meio de um processo. E nós, aqui na ponta, como Conselhos que somos, também não conseguimos avançar porque nós precisamos da diretriz nacional, a diretriz estadual e a municipal. Então a gente tem regras de legislação que a gente precisa até para construir o perfil desse profissional, que hoje é o nosso monitor, mas daqui a pouco nós poderíamos estar tendo um profissional muito melhor qualificado que vem também dessas diretrizes, e o Conselho está trabalhando nisso. A gente teve uma reunião *online* há mais ou menos 15 dias, eles estão trabalhando, mas é um tema para eles também complexo, definir, e que nós precisamos desse encaminhamento. Eu sou do Conselho Municipal de Educação, por isso que eu estou dizendo isso para vocês, a gente também tem se debruçado sobre isso. Nós queremos a equidade, a qualidade no processo de inclusão. Eu acredito na inclusão e trabalhei com muitos alunos inclusos, e trabalhei na escola especial, acredito como espaço de transição que se precisa sim em alguns momentos.

Eu vou falar um pouquinho aqui o que eu perguntei aqui para a Juliana sobre as UBS. Ela me colocou que eles receberam – a Juliana é a parte responsável da Saúde dentro do Certa – eu mandei um WhatsApp para ela, porque a tecnologia tem nos ajudar, e ela me colocou que todas as UBS foram orientadas, que eles encaminham para fono, neuro, saúde mental infantil, e aí a regulação quando chega vai filtrar e vai mandar. Aqueles que precisam de atendimento multidisciplinar vão para o Certa; o que precisa talvez só uma fono ou um fisioterapeuta, para o Clínicas, porque continuam esses outros equipamentos dentro do sistema, não vai ser só o Certa. O TEAcolhe por enquanto é um matriciamento que ele faz, mas a gente não tem então dentro da UBS o TEAcolhe, a gente tem o Certa, temos o Clínicas, nós temos o Presidente Vargas, o Conceição, o Santa Ana e o Cerepal, e aí claro, ele vai desaguar para

todo mundo, e eu sei que cada vez aumenta mais o número, que é pouco. Mas o que nós temos aqui? Nós temos duas semanas de Certa; o que eu tenho para dizer para vocês, porque eu acompanhei as duas semanas lá dentro do Certa. Nós não botamos ainda um fluxo público, porque as duas semanas a gente atendeu portas abertas, e aqui é exatamente o que o Ver. Marcelo disse: a gente tem que acolher as famílias, tem que escutar; pegávamos o cartão do Gercon, confirmávamos onde estava a criança, se ela estava inscrita na lista de espera ou não, porque teve crianças que já foram chamadas, e a família por questões suas de ordem, de telefone, nem sabia, então a gente tem que inscrever de novo, sim, porque a gente já perdeu esse atendimento. É muito importante que as famílias tenham esse cuidado e até liguem, porque dá para ligar para eles para saber, às vezes vai ser aquela mãe chata, mas tu não vais perder se tu trocasse um telefone para saber do atendimento. Têm crianças que já começaram a entrar pelo Gercon, pela ordem da fila, nessas duas semanas...

SRA. ÉRIKA ROCHA: Desculpa, Josiara, é ordem cronológica?

SRA. JOSIARA SOUZA: Não, não, é ordem de tempo, o mais antigo, essa é a proposta. E a educação, eu sou bem chata, sou eu que estou filtrando. Eu fiz uma orientação para as escolas, e eu posso dizer isso para vocês e assumo, onde, primeiramente vêm pela SMED aquelas crianças que não têm nenhum atendimento de saúde, que estão lá numa fila e que não entram na escola, elas não entram numa escola e elas têm que ser atendidas e elas são principalmente na faixa até os 6 anos, porque se acredita que essas crianças precisam ser atendidas para poder ter esses ganhos neurais, elas não podem ficar, muitas delas estão no Gercon também, porque a gente bate esses dados. É a primeira vez que eu acho que nós conseguimos educação, saúde e assistência social cruzar os dados, e nós estamos cruzando. Olha aqui, essa criança que chegou ontem para mim, ela não entra na escola, e para a surpresa da Saúde, ela começou as fezes, que talvez nós da educação sabemos que isso acontece, mas o pessoal da saúde não sabia que isso ia acontecer. Então uma criança TEA fez

cocô, rapidamente vamos levar ao banheiro, vamos lavar e vamos ter que trocá-la, porque dependendo da criança, ela vai ou comer ou ela vai te passar, ou ela vai se passar ou ela vai passar pelas paredes, porque ela está ainda num processo de conhecer o corpo, de conhecer... Isso não é nada de ruim, não é nada de negativo, ela está num processo muito inicial de conhecimento do próprio corpo dela e do que é aquilo ali. Então a gente está recém num processo de início. Ontem nós tivemos dois casos bem difíceis da nossa rede, para a nossa surpresa um pai solo, de 78 anos, que a gente diria que é vô mas é pai, porque ele se intitula, e tem a guarda como pai, então a gente respeita isso, mas é uma pessoa mais idosa com uma criança de 4 anos com todas as questões que tem junto do autismo, uma investigação não fechada que agora a gente vai começar a avaliar para poder fechar; tem característica, tem professores que já olharam, que já viram da parte da assessoria da especial, que a gente está pedindo para fazer esse levantamento na educação infantil, tanto ECEI como EMEI. Nós não fizemos a distinção, tanto uma como outra, só que nós precisávamos ter uma regra; como vai entrar do Gercon, os mais antigos, nós precisamos começar a pegar essas crianças da educação que não estão, muitas vezes vão ficar no limbo, porque ela não conseguiu um médico para fechar o diagnóstico, ou porque a família não conseguiu levar de novo, ou porque a consulta não tinha mesmo, ela vai esperar daqui a 6 meses, e nós temos muita pressa e muito respeito por isso. A inclusão me é muito cara, e eu sou uma das pessoas que eu não trabalho com inclusão hoje, eu comecei a trabalhar há quase três décadas, quando não tinha monitor, só tinha uma professora na sala, que era eu com 33 crianças. Então a gente tem batalhado. Ideal, não é ainda, a gente ainda tem um processo que a gente também tem que trabalhar não só com as pessoas dentro da escola, mas enquanto sociedade.

SRA. GISELE DOS SANTOS: A gente fala de forma muito nervosa porque somos mães na batalha o tempo inteiro, e isso é muito cansativo, e no caso aqui, são mães que ainda carregam outras mães. Quando eu trago a demanda de uma família eu vou até a escola, eu procuro a professora, eu tento entender se

é a família que está falhando ou se é o sistema que está falhando com essa família. Às vezes eu me deparo com a família falhando, e aí eu procuro o sistema e digo: esta família aqui está acusando a escola, mas o problema aqui está porque eu identifico, mesmo sem ter formação para isso. No ano passado eu procurei a Josiara para uma questão em específico, o problema foi sanado, foi resolvido, e eu acredito nisso, eu acredito nessa construção. Então, não está bom, tem muita coisa errada, a gente tem que caminhar muito. Então não adianta me dizer que é avaliado aluno por aluno no pedagógico, o tempo que ele permanece, a suportabilidade dele; o médico que deveria... Se esse médico não existe; se o professor da SIR me diz que não conseguiu tempo para avaliar esse aluno; e as escolas recebem formação, mas não é obrigatória, mas não são todas, porque acredito que estou vendo o outro lado e se souber que essas demandas existem, que nem sempre a culpa é da família, aliás, a maior parte das vezes não tem sido, pelo menos nos casos que eu tenho encarado, que a gente possa juntos fazer essa construção.

SRA. JOSIARA SOUZA: Exato. Eu procuro muito o Conselho Tutelar, eu trabalho em rede, eu vou à escola, converso com a escola, converso com a família e procuro os recursos, porque, às vezes a gente precisa dessa rede maior. Nem sempre é a escola, nem sempre a família, muitas vezes as duas também são vítimas de toda uma questão social que a gente vive hoje, de toda uma violência. Eu cheguei aqui, pessoal, e ainda não almocei, porque eu saí de um encontro das 11h30min às 13h30min, na sede de psicanálise, onde nós estávamos conversando sobre violências e vim para cá direto, porque a gente acredita que é na rede, na conversa, na construção. A Gisele já me procurou, muitas outras mães, tem diretores de escolas que sabem que eu não tenho horário, eu não tenho sábado, eu não tenho domingo. Por isso eu digo para vocês, quando a gente se envolve com a causa, a gente se envolve mesmo, a gente gosta. Não é porque o evento foi organizado pela Gisele que eu não vou lá, não é porque o evento é meu que eu não vou lá. Eu estou em todos os espaços, dentro do possível, se eu pudesse eu estaria em cada escola, um turno,

olhando as crianças também. Porque o olhar da gente de experiência de professor de sala de aula, muitas vezes, enxerga o que às vezes um professor que recém entrou ainda não enxerga, ou enxerga coisas que a família ainda não se deu conta, mas que tu não vais dizer direto, tu vais fazer todo um encaminhamento, porque a gente sabe o quanto é dolorido, a gente sabe o quanto toca em uma mãe, a gente sabe o quanto é sensível essa questão e o quanto a gente tem que respeitar a dor do outro. Mas a gente também tem que pegar essa dor e começar trabalhando, começar trazendo para o lado da gente. Na escola Lucena, que é uma escola que a gente tem há três décadas na rede, tem professores excelentes que fazem a formação para outros professores inclusive, e que trabalham na própria academia que a gente sabe que hoje precisa, a universidade precisa dar uma atenção maior à questão da deficiência. E aqui eu não vou separar, eu gosto muito de juntar todo mundo, porque não é num semestre que tu estudas tudo, e tu não sai pronto da universidade também. Aliás, a gente vai morrer e não vai estar pronto. Eu sempre digo que se a gente que a gente estivesse pronto, a gente não precisava mais estar aqui, já podia fazer a transição, já podia estar em outro plano. Então, o Certa está indo para a sua terceira semana, ele tem, sim, uma demanda, ele tem um edital que foi muito bem escrito, dois anos e dois meses, passado pela PGM, vindo da PGM eu acho que mais de 10 vezes, que é a parte jurídica da Prefeitura. Quem ganhou este edital foi o Hospital Vila Nova para executar, tem o Dr. Alceu, como da Saúde, técnico que vai ser o coordenador, mas o Hospital Vila Nova tem uma responsável, que é a Juliana, da Saúde, tem uma coordenadora pedagógica, que é a Paula. Eu faço parte do comitê gestor como fiscal, eu fico lá dentro nesse início para ajudar, porque está começando; essa equipe é do hospital, mas eu quero ver como ela vai fazer as interações, como eu posso contribuir com a minha experiência, como é que eles podem contribuir com a deles para eu melhorar também. E eu estava, esses dias, conversando com o médico psiquiatra infantil e a gente estava falando de uma questão... Ele já atendeu uma criança do Gercon e remarcou para a semana seguinte. E eu perguntei para ele: “Dúvida no diagnóstico?” E ele disse: “Não, é TEA, só que eu quero avaliar a

parte cognitiva.” Porque a gente precisa também ver o que essa criança está conseguindo ou não, porque esse é um diferencial e uma dificuldade às vezes de estar na escola. A escola tem horário, tem regras, que às vezes a criança não tem essa suportabilidade, às vezes a criança tem a suportabilidade, mas tem a insegurança da família com os horários da escola. Uma escola como a Lucena é uma escola pequena, agora vocês imaginem a Monte Cristo, a Moradas da Hípica, que são escolas grandes. Todos estão juntos, então tem sim demandas que, às vezes, a criança também não tem suportabilidade de barulho que conseguiria numa sala menor. Então tudo isso a gente tem que trabalhar, tem que acolher nessas famílias. O Certa fez um atendimento de assistência social aberto, e o quanto isso é importante para as famílias, orientou, como elas estavam na fila, nós não passamos ninguém na fila, orientou, como elas estavam ali, orientou que se elas não estavam na fila do Gercon que elas tinham que se inscrever no seu posto. Nós temos as crianças da educação, mas a gente filtra aquelas que precisam mais neste momento, que não daria conta. Se nós colocássemos todos os espaços funcionando a cem por cento, digamos assim, porque o TEAcolhe é um espaço, mas ele não executa, ele só matricula, mas se ele fosse executor, mesmo assim nós não diminuiríamos essa fila cem por cento.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Só um pouquinho, o TEAcolhe faz o matriciamento, faz o mesmo trabalho que nós, associações, fazemos, que é acolher e direcionar as famílias. Só que o TEAcolhe tem que executar, sim, o atendimento dos severos e refratários. Isso faz parte do TEAcolhe. E onde estão sendo feitos esses atendimentos? Sabes me dizer?

SRA. JOSIARA SOUZA: Não, aí nós teríamos que ver.

SRA. ÉRIKA ROCHA: É, porque não está acontecendo. E quem é que faz essa escolha, como tu falaste, nós temos que selecionar quem atender. Como é feita essa seleção?

SRA. JOSIARA SOUZA: É feito pelas professoras de educação especial, da IP e da PI, crianças que estão bastante refratárias, bastante regressivas, e aí nós começamos chamando-as pela educação.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Tu dizes as diagnosticadas?

SRA. JOSIARA SOUZA: Não, essa criança que chegou não tem um diagnóstico fechado, mas está com um quadro muito semelhante que os médicos disseram.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Essas são as crianças sem diagnóstico. E aquelas de dois, três anos com diagnóstico já?

SRA. JOSIARA SOUZA: Essas que não ficam na escola que precisam também desse espaço de escolarização virão para a nossa lista e estão na lista do Gercon. A que primeiro chamar, elas vão ser chamadas, porque elas não saem do Gercon quando elas vêm pela educação, só quando elas são encaminhadas. Essa criança que eu encaminhei ontem estava no Gercon, então ela sai da fila, ela libera o Gercon.

SRA. ÉRIKA ROCHA: E qual acesso que nós, enquanto famílias que estão ali no Gercon há anos, que acesso a gente vai ter ali? Como vocês estão realmente chamando aquelas pessoas que estão há mais tempo? Como que a gente tem esse acesso de transferência?

SRA. JOSIARA SOUZA: O que eu sei é que cada família acessa o Gercon e vê o seu tempo ali. Isso é o que eu sei. Eu não lido no Gercon.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Sim, mas como tu trouxeste o Gercon, a pergunta é qual é a transparência.

SRA. JOSIARA SOUZA: A gente olha o Gercon porque a gente precisa ver essa criança lá no Gercon.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Sim. Qual é a transparência, enquanto Portal de Transparência que a gente tanto fala que está sendo feita a chamada correta, seguindo essa segmentação? Como que a gente tem esse acesso? A gente não tem esse acesso.

SRA. JOSIARA SOUZA: É, aí vocês teriam que ver com a parte da Saúde, porque ele é um regulador da Saúde, ele não é nosso. A gente chama os mais antigos, mas o regulador, como ele aparece, eu sei que ele aparece por pessoa, não sei se tu tens acesso a toda a lista. Isso eu não tenho como te responder, porque eu não sei mesmo. Eu acesso só daquela criança que está ali comigo.

SRA. LUCIANA DA SILVA CAMPOS: Só voltando ali, Josiara, uma questão que talvez não seja nem tua, a questão administrativa. Ele é um espaço público, espaço a Prefeitura cede, e a Vila Nova ganhou o RH. Isso, né?

SRA. JOSIARA SOUZA: Ele é um espaço público ou privado, no caso tem um edital, o Vila Nova ganhou o edital. O edital foi aberto.

SRA. LUCIANA DA SILVA CAMPOS: Eu digo pela base. O espaço é nosso, da Prefeitura de Porto Alegre, e o RH é administrado, o RH vem do Vila Nova.

SRA. JOSIARA SOUZA: O serviço todo vem pelo Vila Nova.

SRA. LUCIANA DA SILVA CAMPOS: É, basicamente, porque tu és da Prefeitura e estás lá, enfim. E já está faltando um profissional. Tem três semanas e já tem um déficit de um neurologista.

SRA. JOSIARA SOUZA: Na verdade não está faltando, não se conseguiu ainda, desde que abriu o edital.

SRA. LUCIANA DA SILVA CAMPOS: Isso, só que é assim, a empresa que ganha uma licitação não pode assumir se ela não consegue contemplar o contrato. Positivo? Estou enganada?

SRA. JOSIARA SOUZA: Aí não existe empresa, aí tu dá um edital vazio.

SRA. LUCIANA DA SILVA CAMPOS: Mas o Vila Nova não é uma empresa? Não ganhou a licitação?

SRA. JOSIARA SOUZA: É, mas ele abriu o edital depois que ele ganhou a licitação para contratar. Hoje não existe, no mercado, neurologista, é uma questão diferente.

SRA. LUCIANA DA SILVA CAMPOS: Olha, eu posso te falar que existem muitos neuropediatras, aqui a gente até pode citar o nome de alguns, inclusive teve uma aqui na outra reunião, só que não existe um salário que faça eles aceitarem. Só que quem entra numa licitação tem que saber disso, eu imagino, tem que estar preparado para oferecer um salário e já ter alguém em mente. Eu acredito que ninguém vá assumir situação que não conheça as suas peculiaridades. Então eu não estou falando diretamente para ti, porque eu acho que até extravasa a tua competência. Ele ganhou a licitação, teria que ver que órgão fiscaliza e quanto tempo eles têm para colocar esse profissional na ativa, porque se eles ganharam, eles têm que saber o quanto vale o serviço de um neurologista, quanto eles cobram enfim de salário, se existe esse profissional que eles possam contratar; eles têm que ter isso em mente. Quem que fiscaliza? Quanto tempo vai ter ausência desse profissional com a desculpa de que não existe? Existe, gente abre, o Google ali, coloca: neuropediatra Porto Alegre; aparece um monte.

SRA. JOSIARA SOUZA: Mas para isso tem limite de pagamento; os editais têm limite; quem dá o limite de pagamento já sai no edital.

SRA. LUCIANA DA SILVA CAMPOS: Mas quem ganha a licitação tem que estar preparado pra isso.

SRA. JOSIARA SOUZA: Mas aí tu tens que ter o profissional.

SRA. LUCIANA DA SILVA CAMPOS: E se eles não tinham, como que eles ganharam?

SRA. JOSIARA SOUZA: Eles tinham mas o profissional não assumiu; isso pode acontecer; agora vou dizer assim pra vocês que é a mesma coisa do transporte, a SMED já fez edital de transporte para as escolas e já deu vazio, porque a gente tem a regra que a gente quer o transporte acessível tal e tal; dá vazio. Então, assim, a gente tem no mercado hoje um limite nos editais de valores para pagar.

SRA. LUCIANA DA SILVA CAMPOS: Ok, isso tudo eu entendo tá; eles ganharam a licitação; tem que ter um prazo pra ele repor esse profissional.

SRA. JOSIARA SOUZA: Sim, mas, gente, nós estamos há duas semanas trabalhando; eu até me surpreendo...

SRA. LUCIANA DA SILVA CAMPOS: Exatamente; está no início; não pode deixar isso se aprofundar. Só tem faculdade de TO em Caxias.

SRA. JOSIARA SOUZA: TO nós temos.

SRA. LUCIANA DA SILVA CAMPOS: Mas tem escassez em Porto Alegre; inclusive pagando particular é difícil conseguir agenda. Eu posso lhe dizer que não tem.

SRA. JOSIARA SOUZA: E isso nós conseguimos tranquilo...

SRA. LUCIANA DA SILVA CAMPOS: Mas ela em qualquer momento pode sair também.

SRA. JOSIARA SOUZA: Não; essa não vai sair; essa a gente já tem um trabalho construído; mas o que que eu quero dizer pra vocês é que a gente precisa...

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): A senhora me permita dizer o seguinte, nós, hoje, extrapolamos no tempo; essa foi a maior reunião que nós tivemos aqui em termos de horário. Nesse sentido, eu peço a compreensão; vamos tentar terminar às 16h30min; são 16h17min. Eu entendo que esse assunto não vai se esgotar, mas é uma questão também de diálogo. Eu vejo aqui, eu não conhecia o diretor, mas o diretor é uma pessoa de diálogo, e que é lá a pessoa correta pra fazer esse primeiro contato com vocês lá e procurar alternativa dentro da escola. Essa é a minha observação, posso até estar errado né, mas não deixamos de debater. Todo mundo respondeu, todo mundo perguntou, e o os próprios vereadores aqui perguntaram muito pouco, falaram muito pouco, porque nós priorizamos vocês. Então, nesse sentido, e é bom vocês sempre questionarem, porque aonde não tem questionamento não se resolve nada; não melhora, não tem qualidade como vocês falaram aqui. Então eu sinto que o professor, o nosso diretor, eu quero dar aqui um detalhe; no meu bairro, o Teresópolis, a melhor escola do bairro é onde os pais e o diretor – que é uma diretora se não me engano lá – se entendem; os pais cobram e conversam, mas lá se resolve tudo. Então eu acho que a comunidade também tem que ajudar, e o professor aqui, não te conhecia, mas vi que tu és um homem de diálogo né, e tu sabe quais são os problemas da escola, porque tu vens carregando há muito tempo quem sabe; a Prefeitura não resolve, mas tu vais insistir. A única coisa que eu peço, pela experiência que eu tenho, eu fui secretário de obras, é que tu tens sempre que estar buscando ali o detalhezinho na licitação, no SEI, naquilo que não fez. Vejam aqui que nós temos três secretarias, uma menos, não deixa ser

importante, que é a FASE, mais a educação e faltou a saúde; se nós tivermos que levar vocês na saúde, vamos levar; vamos fazer uma reunião lá com o secretário, ele assumiu na semana passada; ele está chegando, mas ele tem experiência também, já está há bastante tempo nesse meio. Diante disso, eu peço que nós possamos encaminhar tomando essa decisão, nós vamos levar vocês, vou marcar, vamos marcar, com o secretário, para que a gente possa dirimir essas dúvidas, mas eu acho que dá pra buscar muita coisa positiva, porque vocês provocaram, sem provocar não se consegue nada, vocês às vezes questionam, provocam, e isso faz parte do ser humano, e o professor e a professora aqui tem respondido, às vezes falta um detalhe; ela falou diretrizes; cada governo tem uma diretriz, goste ou não goste, a gente tem que respeitar; hoje é o governo tal, amanhã pode ser outro; o professor já passou... Por quantos governos já passou, professor?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Exato. Uns um pouquinho menos, outros um pouquinho mais. Nem sei se ele gostou desse ou gostou daquele; não vem ao caso, mas o povo elegeu. Entende? E quando um tem uma governança diferente do outro, faz parte também; um mais de direita, outro mais de esquerda, outro mais assim, outro mais assado. Então eu acho que nada supera, lá na base, lá com o professor, o diálogo. Não tem outra saída. Só vocês falarem tudo que vocês falaram aqui, na frente do diretor, da professora, isso tem um valor imenso, porque o contraditório faz parte da vida, e a professora aqui, senti que ela é bastante experiente, fala bastante também, eu gosto que ela fala bastante, e vocês contrariaram, falaram também. Então eu acho que é o momento nosso; eu não sei se os vereadores querem concluir aqui, não que eu não tenha dado, eles ouviram muito também, como eu ouvi, para que a gente possa concluir. Vou passar para o Ver. Alvoní Medina.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde, pessoal. Na verdade essa experiência toda é de só 62 anos. Obrigado; cabelo preto, desculpe né. Isso aí é de família; sou de família de índio, sabe como é que é. Eu quero agradecer o carinho de todos. Érika, eu quero parabenizar você pela sua coragem, pela sua determinação, como presidente do projeto Angelina Luz, e nos colocar à disposição. Vocês sabem que nós temos procurado, os nossos vereadores aqui da comissão, estar aqui atentos pra ouvir, e nos colocamos à disposição daquilo que nós podemos fazer. A Josiara, como o nosso presidente falou, o Cassiá, é uma pessoa que realmente tem uma dedicação dentro da causa, e essas conversas são fundamentais pra que nós possamos alinhar aquilo que está faltando, organizar aquilo que precisa ser organizado, porque, enquanto a gente ficar de braços cruzados, as coisas não vão acontecer, e às vezes a gente se surpreende, porque tem tanta coisa que nós podemos fazer pra agilizar, para as coisas andarem, quando nós olhamos, como o diretor falou, quando há esse diálogo, há esse olhar em prol das famílias que precisam realmente. Nós ajudamos, o Leonardo está ali, trabalha comigo ali na comissão juntamente com... Eu sou presidente da Frente Parlamentar da Pessoa com Deficiência, e ele tem ajudado, inclusive nós estamos aqui com a Taís que, através do Leonardo, ela esteve lá no nosso gabinete, nós tivemos a oportunidade de assessorar ela, de ajudar dentro daquilo que ela buscou ali no gabinete, não sei se foi atendido, e, se não foi atendido, as portas continuam abertas. Nós colocamos também o nosso gabinete à disposição, dentro daquilo que nós podemos ajudar, ajudamos também uma família a com a conseguir a carteirinha também do transporte, tanto estadual como o intermunicipal, o BPC que ela precisava, o dinheiro que ela não recebia, hoje ela recebe. Quer dizer, nós colocamos o nosso gabinete à disposição; a Frente Parlamentar em Defesa da Pessoa com Deficiência à disposição, eu sou o senhor presidente aqui na Casa. Quero dizer que o prefeito, o governador e o presidente, quando ele é eleito, ele é eleito pra cuidar da população, ele é eleito pra ver aquilo que a população precisa, aquilo que é a necessidade do seu povo, e ele tem, como gestor, chamar aqueles que trabalham junto com ele pra ver o que precisa melhorar, aquilo

que precisa ser feito pra que as famílias sejam atendidas, respeitadas, que as suas demandas sejam atendidas, porque é inaceitável, é inadmissível, que uma criança fique esperando dois anos e pouco pra ser atendida; setecentos e poucos dias, oitocentos e poucos dias, mil e poucos dias, numa sociedade que está evoluída, a tecnologia está tão evoluída, tudo evolui. Quer dizer, é o ser humano que não tá enxergando à sua direita, à sua esquerda, à sua frente, aquelas pessoas que mais precisam. Nós não podemos é demorar com coisas que precisam ser urgentes. Não pode espera numa fila uma pessoa que está com uma parada cardíaca, ela precisa ser atendida; não se manda para um hospital por que não tem atendimento. Eu estou falando por que teve um familiar meu, um colega meu que teve uma parada cárdica e foi enviado pelo Hospital Vila Nova. O que o Vila Nova vai fazer se lá não tem atendimento para o coração, não tem essa especialidade. Tem que se enviar para o Instituto de Cardiologia. Aí não foi para o Instituto de Cardiologia porquê? Porque o Instituto de Cardiologia não tinha condições de dar assistência porque estava dizendo que faltava dinheiro para poder dar assistência para essa pessoa, quer dizer, vamos deixar ele morrer lá no hospital sem atendimento? Vamos deixar essa criança durante quantos anos ainda? Não dá para esperar, é angustiante. Eu sei a angústia que vocês, mães, têm. E eu me coloco também – Presidente, Cassiá, Marcelo, Bobadra, e todos que estão aqui – à disposição.

E eu vou, Josiara, ser atrevido. Nesta comissão aqui, nós vamos marcar para irmos à escola. Nós queremos que a senhora vá junto com a gente, que a senhora esteja junto. Podemos, Marcelo? Podemos. Então a senhora já está convidada. Quando a comissão for à escola, nós vamos levar a Josiara para a gente também olhar e ver com um olhar mais carinhoso. Obrigado, Deus abençoe a todos.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Até porque na Lucena, com 33 anos, não conseguiram fazer banheiros adaptados. Gente, por favor.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Antes de passar ao Bobada, duas questões: essa aí de nós visitarmos a escola coletivamente. E a outra com o secretário de saúde. Nós vamos marcar essas duas coisas. Se tiver mais alguma coisa...

SRA. GISELE DOS SANTOS: Até porque, quando a Secretaria de Saúde falha e a Assistência Social falha, é a educação que segura. E a educação vem segurando muito, muito mais do que precisava, porque as duas estão falhas.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Sem dúvidas. O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Boa tarde a todas pessoas presentes aqui. Vou ser bem breve aqui, eu tenho um sobrinho que é autista, ele mora em Caxias, é um queridão assim, quando a gente se vê, é um amor, é fantástico.

Então eu quero contribuir com vocês com as emendas impositivas, me somo aqui aos esforços da nossa comissão – do Ver. Cassiá, do Ver. Alvoni, do Ver. Conselheiro Marcelo, do Ver. Prof. Alex Fraga.

A nossa comissão é uma comissão suprapartidária. Às vezes, eu fico arrepiado com “todos e todos” eu me lembro do pessoal do PT. Mas a questão que eu estava conversando com Marcelo aqui, a nossa comissão não quer saber de ideologia. A nossa comissão quer pensar nas pessoas, quer resolver. E já teve uma ou duas reuniões ou terceira sobre a questão do autismo, vamos fazer quatro, cinco, dez até a gente resolver realmente. Nesses dias, Cássia, nós estávamos juntos ali na inauguração do centro de atenção ao autista na Bento, lembra? Foi fantástico, com emenda dos deputados federais, foi um início importante. E até o nosso colega Janta fez um comentário interessante que uma das maiores preocupações dele era que uma mãe estava muito preocupada com o dia em que ela não estivesse mais neste plano espiritual quem iria cuidar do filho dela. Então hoje já tem um centro ali na Bento. Então eu me somo aos

esforços da comissão aqui com as emendas impositivas, com os meus votos, com as nossas emendas da própria comissão. Inclusive nós temos o nosso projeto de lei que dispõe sobre o direito à pessoa com transtorno de aspecto autista de ingressar e permanecer em ambiente de uso coletivo, acompanhado de cão de assistência, animal de estimação e apoio emocional. Isso é importante, ajuda. Então reforço aqui a nossa consideração e nosso apoio a esse tema tão importante, contem sempre conosco.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Ver. Alexandre Bobadra. A Sra. Josiara está com a palavra.

SRA. JOSIARA SOUZA: Só uma sugestão. Nós temos, na rede, o trabalho do PTE do programa educativo de trabalho, que é um dia importante para a comissão também conhecer o trabalho que é feito. Elas fazem reuniões nas terças feiras aqui nesta Casa porque cederam uma sala, e é um trabalho em que a gente tem colocado muitos jovens no mercado de trabalho, temos feito um trabalho com os pais também muito significativo. Hoje nós temos um dos nossos meninos lá no Instituto Federal, que é um parceiro e que é extremamente inclusivo no ensino médio, porque nós precisamos também nos preocupar quando eles terminam o ensino fundamental. Isso é outra demanda em que a gente tem se debatido bastante.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Inclusive, Jaciara, eu tenho aqui presente a mãe Cris. Mãe de um autista de 18 anos que, durante a pandemia, não assistiu aula nenhuma pela dificuldade, e a mãe esteve na escola pedindo que ele permanecesse e não passassem ele de ano, eles disseram que negaram. E é um adolescente autista hoje que está num curso técnico e com absurdas dificuldades, sem apoio, sem nada, zero. E uma mãe que foi ter realmente o diagnóstico fechado, agora com 18 anos de idade, mesmo sendo apontado desde os 13, até antes disso. É uma

mãe com um adolescente, um jovem autista totalmente largada sem rede de apoio, os dois. Onde é que o filho dela vai ficar? Trancado? Vamos trancar esse adolescente em casa com essa mãe que está aqui sentada diante de vocês pedindo socorro, como muitas outras, centenas de outras.

E deixar claro que quando a gente chega para essa conversa, eu não digo que é um embate, mas é uma conversa, em que a gente vem buscar educação e saúde, é por vidas. Por vidas que geramos, por vidas que amamos, por vidas que vivemos um dia após o outro olhando por aquelas inúmeras portas onde batemos incansavelmente todos os dias e nos deparamos com um “não”.

É vida porque é muito triste para gente – eu vou ser repetitiva até que me escutem, até que aprendam, não é assim que a gente vai? Como é que é o ditado? A água mole, em pedra dura, tanto bate até que fura, porque é muito triste para a gente olhar um filho nosso sem nenhum tipo de assistência. Eu queria perguntar porque eu sempre pergunto: a gente vai colocar na conta de quem toda essa negligência, as podas? Porque para recuperar é muito difícil e sabemos muito bem disso. Vai pra conta de quem?

Eu não quero saber quem é que vai cuidar do meu filho quando não tiver mais aqui, eu quero saber quem vai cuidar dele enquanto eu tiver aqui, porque eu lutando do lado deles já é uma luta. E não é só uma luta, gente, eu não tenho nem palavra pelo o que que a gente vivencia todo dia; cansadas, cansadas ao extremo por isso que tem mães... olhem o alto índice de suicídio. Tem mães que se que matam o filho se mata. Porque eu não vou deixar minha filha aqui? Isso já foi um pensamento meu inclusive. Comigo aqui já é assim, “semigo” aqui é sem ela aqui também. Esse é um pensamento de muitas, prestem atenção nisso.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Muito obrigado a todos. Foi um debate muito bom respeitoso. Desculpem se eu me passei em algum momento, mas eu fiz aquilo ando a oportunidade de vocês debaterem. Eu provoquei, às vezes, mas faz parte do debate. Fico muito satisfeito em ver vocês aqui. Então, meu Presidente, se a secretária de saúde quiser, a gente mantém contato; se não

quiser, a comissão mantém contato, mas tem que manter. Visitar a escola para nós vai ser uma satisfação para nós, diretor.

SR. MÁRCIO MALAVOLTA: Isso, no tempo de vocês. O que ficar melhor para vocês, só não pode ser segunda de tarde, quarta tarde e terça tarde também.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Mas em seguida a gente vai. De manhã fica mais fácil para nós. Nós temos aqui uma van ali nos leva todos lá. Quem quiser ir juntos vai, a professora vai junto. Está bem/

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): E também a questão da Secretaria da Saúde, para nós marcarmos uma reunião lá com vocês, com as entidades, enfim, né para podermos entender um pouco melhor por parte deles esses encaminhamentos, como é um projeto novo. E também com a FASC, a FASC também vai depois me dar um retorno para nós sentarmos lá com o presidente e com a equipe responsável pelos CRAS para gente montar esse fluxo de atendimento para essas demandas. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 16h36min.)